

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

Helena Cristina Amaral Silva

AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA NO TELEJORNALISMO PÚBLICO:
a cobertura do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff no Repórter Brasil Noite.

**Juiz de Fora
Dezembro de 2016**

Helena Cristina Amaral Silva

AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA NO TELEJORNALISMO PÚBLICO:
a cobertura do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff no Repórter Brasil Noite.

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social, Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel.

Orientador(a): Profa. Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho

Juiz de Fora
Dezembro de 2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática
da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Helena Cristina Amaral.

Autonomia e independência no telejornalismo público : a
cobertura do impeachment da presidenta Dilma Rousseff no
Repórter Brasil Noite / Helena Cristina Amaral Silva. --
2016.

102 p. : il.

Orientadora: Iluska Maria da Silva Coutinho
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social, 2016.

1. Telejornalismo público. 2. TV Brasil. 3. Autonomia. 4.
Impeachment. I. Coutinho, Iluska Maria da Silva, orient. II. Título.

Helena Cristina Amaral Silva

Autonomia e independência no telejornalismo público:
a cobertura do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff no Repórter Brasil Noite.

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social – Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel.

Orientador: Profa. Dra. Iluska Maria Da Silva Coutinho

Aprovado (a) pela banca composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho (FACOM/UFJF) – orientadora

Profa. Dra. Cláudia de Albuquerque Thomé (FACOM/UFJF) – convidada

Prof. Me. Jhonatan Alves Pereira Mata (FACOM/UFJF) – convidado

Conceito obtido: (X) aprovado(a) () reprovado(a).

Observação da banca: _____

_____.

Juiz de Fora, 15 de dezembro de 2016.

A meus pais, que sempre acreditaram no valor da educação e ensinaram a mim e meus irmãos a importância do saber.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por tornar possível a realização desse sonho, ser meu refúgio e alicerce nos momentos difíceis e me permitir viver tantas experiências maravilhosas.

A meus pais, Nilson e Vera, minha base e força, pelo amor incondicional, pelo apoio e confiança em minhas decisões e por se esforçarem tanto para que eu e meus irmãos tivéssemos uma educação de qualidade.

A meus irmãos, Nilson e Luis Arthur, pelo carinho, companheirismo e incentivo.

À minha amada vó Naná, pela proteção, amor e cuidados.

À minha família, pela torcida, apoio e carinho, sem os quais essa conquista não seria possível.

À minha cunhada Mara, por ser sempre presente e deixar os dias difíceis um pouco mais leves.

À professora Iluska, pela orientação, pelos ensinamentos e pela confiança em meu trabalho.

A todos os professores e funcionários da Facom, que tanto contribuíram em minha formação acadêmica e profissional e em meu crescimento pessoal.

A meus amigos, em especial àqueles que tive o prazer de conhecer durante a faculdade, por dividirem comigo os desafios, alegrias e conquistas.

O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.

(GUIMARÃES ROSA)

RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar em que medida o telejornalismo da TV Brasil, emissora pública brasileira, cumpre os preceitos previstos em sua lei de criação. Para tanto, tomou-se como base a análise da cobertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff pelo principal noticiário do canal, o Repórter Brasil Noite. A partir da metodologia de Análise da Materialidade Audiovisual, foram realizadas avaliações quali-quantitativas de todos os materiais relacionados ao *impeachment* veiculados em duas semanas do telejornal, com abordagem de aspectos como a posição política dos entrevistados, a participação de grupos sociais a favor e contrários ao impedimento, a pluralidade de fontes e a contextualização dos fatos. Para o recorte do material levou-se em consideração uma Reunião Ordinária do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) - gestora da TV Brasil - na qual foi elaborada uma recomendação acerca da necessidade de equilíbrio na cobertura jornalística dos veículos da Empresa. Assim, foram analisados materiais das semanas anterior e posterior à reunião, com fins de verificar em que medida tais recomendações foram atendidas. Dessa forma, é possível fazer um balanço da autonomia e da independência do telejornalismo da TV Brasil, uma vez que o Conselho Curador é um órgão deliberativo, caracterizado por sua gestão participativa - é composto por membros da sociedade civil - e que tem dentre suas principais obrigações zelar pelo cumprimento dos princípios previstos no Estatuto da EBC.

Palavras-chave: Telejornalismo público. TV Brasil. Autonomia. *Impeachment*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Orientação dos Conteúdos do RB Noite – 1ª semana (em tempo)	76
Gráfico 2 – Orientação dos Conteúdos do RB Noite – 2ª semana (em tempo)	76
Gráfico 3 – Tempo de fala das fontes no RB Noite – 1ª semana	77
Gráfico 4 – Tempo de fala das fontes no RB Noite – 2ª semana	77
Gráfico 5 – Representação de grupos e movimentos sociais	80
Gráfico 6 – Pluralidade de vozes no RB Noite (por tempo de fala)	85

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 TV PÚBLICA: CONCEITOS E EXPERIÊNCIAS	21
2.1 FRONTEIRAS TÊNUES: OS SISTEMAS PÚBLICO E ESTATAL DE RADIODIFUSÃO	25
2.2 EXPERIÊNCIAS DE TV PÚBLICA NO MUNDO	26
2.3 A TRAJETÓRIA DA TELEVISÃO PÚBLICA NO BRASIL	29
3 TV BRASIL.....	35
3.1 PRINCÍPIOS DA TV BRASIL	36
3.2 PROGRAMAÇÃO DA EMISSORA	38
3.3 O TELEJORNALISMO NA TV BRASIL.....	41
4 TELEJORNALISMO PÚBLICO	45
4.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO TELEJORNALISMO PÚBLICO	46
4.2 TELEJORNALISMO PÚBLICO E INDEPENDÊNCIA	50
5 GESTÃO PARTICIPATIVA DA EBC	55
5.1 O CONSELHO CURADOR DA EBC: COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES.....	56
5.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO COLEGIADO	58
5.3 EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO DA EBC: ANÁLISE DE REUNIÃO DO CONSELHO	61
6 AVALIAÇÃO DA COBERTURA DO PROCESSO DE <i>IMPEACHMENT</i> DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF NO REPÓRTER BRASIL NOITE	71
6.1 MATERIALIDADE AUDIOVISUAL E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: SOBRE O MÉTODO	71
6.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS	74
6.2.1 Equilíbrio e imparcialidade	74
6.2.2 Presença do governo e dos partidos	82
6.2.3 Dos preceitos atribuídos à comunicação pública	83

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICES.....	97
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ANÁLISE - REPÓRTER BRASIL NOITE	97

ANEXOS	99
ANEXO A – RECOMENDAÇÃO Nº 03/2016/CC	99

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre o papel da comunicação pública são essenciais no contexto brasileiro, caracterizado pelo controle hegemônico dos meios de comunicação e pela ausência de regulação no setor. O controle da informação, somado à sua orientação em acordo com interesses de grupos patrocinadores e das chefias das empresas de radiodifusão, tem inúmeras consequências à formação crítica dos cidadãos, que fazem uso das notícias para se colocar a par de temáticas de interesse e relevância. Logo, a importância desses conteúdos se dá na medida em que vão pautar as decisões dos indivíduos e a formação da opinião pública, influenciando os rumos sociais, políticos e culturais das sociedades.

A despeito do desenvolvimento de novas tecnologias, que pluralizam o acesso à informação e oferecem oportunidades de aprofundamento dos fatos e acesso ao contraditório, no Brasil a televisão ainda ocupa um papel fundamental no consumo de informação e entretenimento.

Nesse cenário, as emissoras públicas de televisão e o jornalismo por elas produzido, podem se configurar como alternativas aos veículos de orientação comercial e preencher as lacunas deixadas por eles. As experiências do setor em todo o mundo apontam, dentre outros ideais, o compromisso primordial com os interesses e a formação crítica e cultural dos cidadãos. Assim, espera-se das tevês de caráter público a veiculação de conteúdos mais plurais e diversos, que contribuam, de fato, com o fortalecimento da democracia e o exercício da cidadania.

Ao contrário do continente europeu, onde a radiodifusão nasceu pública, o sistema brasileiro de tevê é orientado pelo viés comercial desde sua implantação. As primeiras experiências com o serviço público se deram no final da década de 60, com a criação das televisões educativas. Mas o Brasil só veio a ter um emissora efetivamente pública, de alcance nacional, com a inauguração da TV Brasil, em 2007.

Uma das principais características da emissora é sua gestão participativa, possibilitada pela atuação do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), administradora do canal e de outros veículos públicos de comunicação. O colegiado é composto, em sua maioria, por representantes da sociedade civil, que podem deliberar, dentre outros assuntos, sobre a programação destes meios e o plano de trabalho da empresa.

Ressalta-se que sua atuação encontra-se ameaçada pela Medida Provisória 744, que extingue o Conselho. Promulgada em setembro de 2016, a MP também implementa alterações na diretoria administrativa da EBC. Sua tramitação no Senado, que vai decidir se a

medida será transformada em lei, teve a realização de audiências públicas na última semana de novembro de 2016.

Assim, considerando-se o papel da televisão no acesso à informação, a incipiência do serviço público de tevê no Brasil e a importância da presença de representantes da sociedade na gestão da Empresa Brasil de Comunicação, busca-se aqui avaliar a atuação do telejornalismo da TV Brasil. Tendo em vista as implicações do momento político vivido pelo país, escolheu-se como objeto empírico a cobertura do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff pelo principal telejornal da emissora, o Repórter Brasil Noite. A atuação dos veículos da EBC na cobertura do processo de impedimento da presidenta foi discutida em reunião do Conselho Curador, no dia 19 de abril, e resultou na elaboração de uma Recomendação de Equilíbrio (reforçando, assim, a escolha deste momento para a análise).

A investigação realizada teve dois objetivos principais: o primeiro foi verificar a eficácia da gestão participativa da EBC, feita a partir da análise da referida reunião e da adoção dos princípios nela discutidos, bem como daqueles apresentados no documento elaborado, pelo telejornalismo da TV Brasil. Em um segundo momento, analisou-se a partir de um recorte empírico como tem se dado a introdução dos princípios atribuídos à comunicação pública pelo noticiário da emissora, avaliada pela presença, ausência e formas de utilização de algumas dessas diretrizes.

O trabalho é dividido em cinco capítulos. Os três primeiros são teóricos, e os dois últimos, de análise. No capítulo dois, analisa-se a TV Pública, com apresentação de conceitos, diretrizes e experiências ao redor do mundo. O terceiro capítulo é voltado para a TV Brasil, abordando aspectos de sua criação, princípios, programação e jornalismo. Fechando as abordagens teóricas, o capítulo quatro faz considerações sobre o telejornalismo público, destacando aspectos que lhes são atribuídos.

No capítulo cinco, é realizada a análise da 61ª Reunião Ordinária do Conselho Curador da EBC, com destaque às considerações feitas no encontro sobre a cobertura do *impeachment* pelos veículos da Empresa. A última seção, por sua vez, é reservada à apresentação dos métodos de pesquisa e dos resultados obtidos no acompanhamento da cobertura do processo pela edição noturna do Repórter Brasil.

2 TV PÚBLICA: CONCEITOS E EXPERIÊNCIAS

Ao figurarem como a principal fonte de informação dos cidadãos, os veículos de comunicação ocupam um papel indispensável à consolidação da democracia. No entanto, em contextos marcados pelo oligopólio e pela propriedade cruzada destes meios¹ - tal como acontece no Brasil - o exercício dos direitos fica comprometido. Isso ocorre quando uns poucos grupos controlam a mídia, dando voz à pessoas e temáticas de seu interesse e abordando os assuntos sob perspectivas que, na maioria das vezes, não contemplam os fatos em sua totalidade.

Como resultado dessa concentração da propriedade dos meios de comunicação,

haveria, para Hardt (2000, p.210), ‘uma nova autoridade para definir a natureza e o tipo de informação que proporcionam o estabelecimento do processo de tomada de decisão social e política’, além de ‘um novo entendimento da democracia mais como um negócio privado do que como um compromisso público’. (ROTHBERG, 2011, p.28)

Além de contribuir para o predomínio de certas visões de mundo e de conduzir a formação da opinião pública, ao proceder uma seleção de fontes e fatos que atendam a interesses particulares, esses veículos podem privar boa parte da população de participar do debate público e de ter acesso à informações de que precisam para exercer sua cidadania.

Logo, o desenvolvimento das sociedades democráticas pressupõe a existência de sistemas comunicativos, em especial os midiáticos, que fortaleçam o processo deliberativo, garantindo sua pluralidade, independência e a livre circulação das ideias. Nesse contexto, destaca-se o papel da comunicação pública - em especial da televisão - que em decorrência de sua configuração e finalidade, se coloca como alternativa e complemento aos meios comerciais e aos governamentais.

(...) a radiodifusão pública existe para preservar o espaço público da tendência de que ele seja colonizado pelo poder econômico, servindo como um anteparo que ajuda a contrabalançar e equilibrar as formas de comunicação existentes no espaço

¹ O oligopólio dos meios de comunicação se caracteriza pelo domínio do mercado por uns poucos grupos, caso da televisão aberta no Brasil: a Rede Globo, o SBT e a Rede Record dominam mais de 64% da audiência televisiva e estão presentes em, respectivamente, 98,6%, 85,7% e 79,3% dos municípios brasileiros (INTERVOZES, 2015, p.13). A propriedade cruzada, por sua vez, se manifesta no controle de diferentes veículos de comunicação - jornais, revistas, emissoras de rádio e tevê, etc - por um mesmo proprietário (pessoa física ou jurídica). Conforme apontado mais adiante, trata-se de um cenário antigo no país, já percebido no controle de diferentes meios pelo Grupo Diários Associados, de Assis Chateaubriand. O Brasil não possui uma regulamentação específica e efetiva que coíba tais práticas. Além disso, a falta de clareza e especificidade das poucas restrições impostas por lei, facilitam violações e “contornos”. Uma das principais consequências dessa concentração é a ausência de pluralidade e diversidade, princípios fundamentais ao exercício da democracia.

público. Isso não significa, entretanto, que as emissoras públicas sejam rivais, adversárias ou inimigas das comerciais. Ambos os sistemas são complementares. Não há democracia sem comunicação comercial. (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p.20)

Como ressalta Teresa Otondo (2012, p.96), não há, no Brasil, uma definição clara de serviço ou interesse público, mas a Constituição explicita as diretrizes que regem a Administração Pública: “a impessoalidade, a legalidade, a moralidade, a publicidade (hoje diríamos transparência) e a eficiência.”. Assim, dentre outras coisas, a supremacia do interesse público sobre o particular seria um dos valores implícitos à atuação das instituições deste setor.

A partir dos pressupostos apresentados no material Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas - Uma avaliação contemporânea, elaborado pela Unesco em parceria com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), e por leituras realizadas no âmbito do projeto O telejornalismo nas emissoras públicas brasileiras, do qual a autora fez parte como bolsista de iniciação científica durante a graduação, buscar-se-á elencar algumas das características que as emissoras públicas de tevê devem apresentar.

No relatório da Unesco, os jornalistas Eugênio Bucci, Marco Chiaretti e Ana Maria Fiorini elencam uma série de indicadores que podem ser aplicados na análise e no diagnóstico do desempenho das emissoras públicas de radiodifusão. A partir de perguntas-chave para diferentes quesitos, orientam como a qualidade do serviço prestado por esses veículos pode ser mensurada. Esses questionamentos e apontamentos auxiliaram na identificação de algumas das diretrizes apresentadas a seguir.

Um primeiro diferencial dos veículos públicos de comunicação diz respeito à sua missão e a seus valores e objetivos: estes meios devem se comprometer e estar a serviço da sociedade. O cidadão é a razão de ser dessas emissoras, às quais cabe atuar como interlocutoras entre estes e os Poderes. Essa interlocução deve ser feita no sentido de levar aos últimos as demandas dos indivíduos, e não como forma de promover interesses político-partidários.

Além disso, esses princípios precisam estar claros, documentados e acessíveis à população. É necessário que sejam revisados e atualizados sempre que os contextos externo e interno demandarem. Esse processo deve possibilitar a participação da sociedade e dos funcionários, de forma a fortalecer o cumprimento do compromisso público destes veículos.

Um componente que influencia diretamente a efetivação dessas premissas é a natureza jurídica das instituições: as emissoras de serviço público não podem ser propriedade de grupos privados, pois assim estariam sujeitas a interesses particulares, rejeitando seu caráter de serviço público. Conforme ressalta Bucci (2010, p. 11), ainda que no Brasil os veículos do campo público possam ser administrados por fundações, organizações da sociedade civil e entidades não governamentais, eles não devem possuir caráter comercial e ter o lucro como finalidade.

O financiamento é, portanto, outro fator fundamental a ser considerado. Se orientadas pela lógica do mercado, as emissoras públicas podem acabar por condicionar suas produções aos níveis de audiência, aos interesses de grupos patrocinadores e aos modelos produtivos característicos das tevês comerciais. Uma consequência possível é um menor investimento em programas de cunho educativo, cultural e informacional, bem como uma restrição na pluralidade dos temas abordados.

Boa parte dos recursos das emissoras públicas de radiodifusão não provém de receitas publicitárias, como em emissoras de exploração comercial. No caso do Brasil e de muitos países da América Latina, os recursos da tevê pública advém prioritariamente de verbas repassadas pelo Estado. Mas há autores que acreditam que a dependência de recursos públicos poderia deixar esses veículos suscetíveis à interferências dos grupos no poder.

É imprescindível, portanto, a criação de mecanismos e marcos regulatórios que impeçam que os financiadores direcionem as decisões editoriais, a programação e as pautas dessas instituições. Isso pode se dar, por exemplo, por meio da existência de conselhos e outros órgãos de supervisão e administração. A legislação, por sua vez, poderia garantir proteção contra contingenciamentos de gastos pelo governo e definir outras formas de obtenção de recursos que não comprometam a independência das empresas².

A autonomia é, portanto, outro quesito essencial às emissoras públicas e deve se dar nos aspectos financeiro, editorial e administrativo. Pressupõe um distanciamento do Estado, de governos e da lógica de mercado (o que significa também inovar e não se limitar aos formatos e estilos característicos das tevês comerciais).

² No Brasil, a definição de um marco legal para as comunicações é uma demanda antiga de movimentos, organizações e entidades da sociedade civil que atuam em prol da democratização da comunicação. O tema também é recorrente em debates e produções acadêmicas. No entanto, a regulamentação esbarra na oposição de grandes grupos midiáticos e de parlamentares. Os primeiros acusam as medidas de serem antidemocráticas, ferindo o direito à liberdade de imprensa. Aos parlamentares, por sua vez, em decorrência de muitos deles serem donos e/ou sócios de empresas do setor, não é interessante instituir, por exemplo, leis que dificultem a concessão e a renovação do usufruto dos espectros radioelétricos.

De acordo com Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012, p.14), essa autonomia se daria na “intransigência em relação a qualquer forma de interferência externa, que pode redundar em censura”, mas não implicaria uma ausência de regulação. Esta última, na verdade, como já colocado, é essencial na garantia da consolidação de um projeto de comunicação pública. Trata-se, portanto, de garantir que as decisões não sofram ingerências de qualquer natureza, e, ao mesmo tempo, obedeçam a legislação vigente.

A autonomia implica muitas responsabilidades. Uma delas é com a prestação de contas junto aos cidadãos: por serem financiados com recursos públicos, estes veículos devem investir em mecanismos transparentes de acompanhamento da aplicação das verbas. Conforme apontado pelos mesmos autores, os documentos precisam ser elaborados com textos claros e de fácil compreensão, permitindo à sociedade fiscalizar a gestão dessas empresas.

A participação do público também deve ser estimulada pela criação de mecanismos que permitam aos cidadãos fazer sugestões e críticas à programação e decisões administrativas das emissoras públicas. É preciso investir na criação de órgãos que recebem essas informações, encaminhem aos setores competentes e deem respostas claras e eficientes aos reclamantes. Assim, emissoras públicas devem incluir em suas estruturas, por exemplo, as ouvidorias, como forma de acesso e diálogo com o cidadão.

A independência também permitiria às emissoras públicas experimentar novos formatos, linguagens e narrativas. Dessa maneira, além de oferecer ao público produções e estilos originais, elas podem se tornar referência na produção de conteúdo e gerar receitas através da venda de programas.

Por se tratar de um serviço público - que, portanto, não pode ser restrito, já que a universalidade do acesso é outro pressuposto - é necessário que as emissoras deste campo tenham abrangência geográfica. Conforme apontado no documento Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas, essa deve se refletir não apenas no sinal de transmissão, mas também na presença de equipes em diferentes regiões, na parceria com outras emissoras e na diversidade da programação. As políticas e práticas de respeito à diversidade também devem ser estimuladas no ambiente de trabalho, abarcando diferenças culturais, étnicas, de gênero, etárias, de ponto de vista e outras.

2.1 FRONTEIRAS TÊNUES: OS SISTEMAS PÚBLICO E ESTATAL DE RADIODIFUSÃO

Uma dificuldade recorrente entre os cidadãos é diferenciar as emissoras públicas das estatais. A confusão é fruto, principalmente, do fato de que ambas são financiadas por recursos públicos, o que, no caso das primeiras, é visto por muitos como risco de subordinação a interesses governamentais.

Na tentativa de diferenciar os dois sistemas, Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012, p.22) defendem que toda emissora estatal é pública, mas nem toda emissora pública é estatal. De acordo com os autores, os veículos de comunicação estatais atendem a três requisitos principais: sua propriedade e natureza jurídica a vinculam, direta ou indiretamente, ao Estado; sua gestão é subordinada à autoridades de um dos três Poderes da República, e sua programação sofre limites impostos por uma autoridade externa, estando mais voltada à divulgação das ações dos órgãos aos quais serve do que à reflexões e debates sobre os fatos.

Nesse campo encontram-se, portanto, as emissoras governamentais (aquelas ligadas ao Executivo, caso da NBR, tevê destinada à divulgação das ações da Presidência da República e dos órgãos e instâncias ligados ao Governo Federal), as legislativas (vinculadas às casas deste poder, tais como a TV Câmara e a TV Senado) e as judiciárias (subordinadas ao Poder Judiciário, como a TV Justiça, canal administrado pelo Supremo Tribunal Federal).

Na visão dos mesmos autores, os canais públicos, por sua vez, não devem estar vinculados ao Estado, nem tão pouco ao mercado; devem ser financiados por recursos de natureza pública, tais como dotações orçamentárias do Estado ou da sociedade, e sua programação deve estar livre de interferências externas e ser pautada por valores como a pluralidade de vozes e a abordagem crítica dos fatos.

No tangente à sua gestão, ressalta-se a importância da presença de órgãos de controle e fiscalização compostos por representantes da sociedade civil, permitindo aos cidadãos participar das decisões sobre a programação e administração desse serviço público. A presença destes seria um reforço à autonomia das emissoras públicas, à busca pelo atendimento de seus compromissos, valores e princípios, além de contribuírem com a manutenção da qualidade de seus conteúdos.

Assim, tendo-se como referência esses autores, que sintetizam parte dos debates na área realizados no Brasil, os veículos públicos se diferenciam dos estatais, principalmente, por sua subordinação à sociedade, e não aos Poderes; por seu compromisso com a produção

de materiais que atendem aos interesses e à formação crítica dos cidadãos, e por sua autonomia decisiva nos âmbitos jurídico, administrativo e editorial.

2.2 EXPERIÊNCIAS DE TEVÊ PÚBLICA NO MUNDO

A origem do serviço público de radiodifusão remonta à Europa do início do século XX, no cenário que sucede à Primeira Guerra Mundial. Laurindo Leal Filho (1997, p.17 e 18) apresenta três justificativas principais para a adoção desse modelo no continente. A primeira delas é de ordem cultural: entendia-se que, para dar conta de sua vocação como promotores da cultura de um povo, o rádio e a televisão não poderiam estar sujeitos à interferências políticas ou comerciais.

Esse entendimento nos leva à vertente política apontada pelo autor, uma vez que a solução encontrada para garantir o cumprimento da vocação cultural dos dois veículos foi a implantação de um serviço público de *broadcasting*.

Trata-se, em primeiro lugar, de um serviço, o que indica a existência de uma necessidade da população que precisa ser atendida. E público porque, segundo os idealizadores do modelo, é um atendimento especial que não pode ser feito por empresas comerciais ou órgãos estatais. Os veículos prestadores desse serviço devem ser públicos e por isso mantidos total ou parcialmente pelo próprio público. (LEAL FILHO, 1997, p.18).

Além disso, cabe ressaltar que, durante a guerra, o Estado centralizou o controle de diversos serviços, como alimentação e segurança, com fins de suprir as necessidades dos cidadãos no contexto de escassez e conflitos. Com isso, fortaleceu-se a visão de que certos setores, essenciais à sociedade, seriam menos eficientes se estivessem à mercê da lógica do mercado.

Por fim, Laurindo ressalta uma razão de ordem técnica ao apontar que os Estados detêm o controle do espectro eletromagnético, cabendo aos mesmos autorizar a exploração desse sinal. Logo, ao apropriar-se de um bem público, as radiodifusoras devem se comprometer com a prestação de um serviço de mesmo tipo.

A adoção do modelo público de radiodifusão na Europa também apresenta um caráter de proteção aos debates pautados pela sociedade. Como aponta Eugênio Bucci,

quando a social-democracia europeia decidiu prover o serviço de radiodifusão (definido como serviço público em quase todos os países democráticos) por meio das redes públicas (não comerciais, portanto), o seu propósito era assegurar a proteção do debate público. Em termos habermasianos, que consolidam em forma de

teoria essa visão, o projeto era assegurar que os atores convidados a atuar dialogicamente na esfera pública não estivessem (tão) expostos à colonização pelo capital ou mesmo pelo Estado. Com isso, o fluxo das notícias e os diálogos teriam como pressuposto a igualdade de condições de acesso à informação. (BUCCI, 2010, p.7)

O projeto de comunicação pública europeu foi consolidado de fato após o fim da Segunda Guerra Mundial: o fortalecimento da democracia e da cidadania propiciou a participação dos cidadãos na gestão das empresas do setor e a criação de conselhos representativos da sociedade (MEMORIA EBC).

Até meados dos anos 80, os veículos públicos mantinham a hegemonia do mercado de comunicação no continente. Foi a emergência de políticas associadas ao modelo neoliberal que suscitou debates sobre o papel e a atuação do Estado, abrindo-se espaço para a criação de emissoras privadas. Essas, no entanto, ainda que voltadas para a lógica comercial, estão sujeitas a marcos regulatórios que fiscalizam suas atividades sob a perspectiva de serviços públicos.

A britânica BBC (*British Broadcasting Corporation*), fundada em 1922, é uma das principais radiodifusoras públicas do mundo. Inicialmente *British Broadcasting Company*, era administrada por seis grandes empresas do comércio de equipamentos radiofônicos da época. Em 1926, acatando recomendação feita durante o Comitê *Crawford*, realizado um ano antes para discutir o futuro da radiodifusão pública no país, a empresa foi transformada em corporação e passou a ser gerida com fundos públicos.

Apesar das muitas críticas feitas à sua programação, acusada, principalmente, de possuir um caráter elitista, a BBC é referência mundial no serviço público de radiodifusão. Uma série de princípios internos, somados a outros definidos pelo governo e à diretrizes estabelecidas pelo *Office of Communications (Ofcom)*³, órgão regulador das telecomunicações no Reino Unido, contribuem para garantir a qualidade dos conteúdos produzidos pelos veículos da emissora.

Outro fator que contribuiu para seu prestígio é a eficácia de sua estrutura de financiamento: os recursos são obtidos, em quase sua totalidade, por meio de taxas anuais pagas pelos cidadãos ingleses, fortalecendo a autonomia da BBC em relação ao Estado. Essa independência também é garantida pela participação da sociedade na gestão da empresa, feita

³ O *Ofcom* foi criado em 2003 para substituir órgãos de controle e fiscalização já existentes. Atua como uma espécie de ouvidoria, recebendo reclamações e informações enviadas pelo público e organizações da sociedade civil a respeito dos setores sob os quais tem responsabilidade, dentre os quais figuram os serviços público e privado de comunicação. Essas informações, somadas à outras colhidas pelo Parlamento, são fundamentais para que as empresas de radiodifusão tenham suas licenças de funcionamento renovadas.

através do *BBC Trust*⁴, órgão sem vínculos com sua administração. O colegiado é composto por 12 integrantes nomeados pela rainha a partir de indicações feitas pelos ministros. Dentre outras funções, é responsável por definir as diretrizes editoriais da empresa e monitorar seu desempenho, de forma a garantir o cumprimento de seus fins públicos.

Outro exemplo eficaz de financiamento do sistema público de radiodifusão pela sociedade é a Rádio e Televisão de Portugal (RTP), criada em 1935. A cobrança da taxa, denominada Contribuição do Audiovisual, é realizada mensalmente na fatura de energia elétrica. Atualmente o valor é de 3,02 euros, que correspondem à 2,85 euros mais 6% de imposto. Somado ao fato de que há alguns anos a empresa deixou de receber financiamento do Estado, esse modelo contribuiu para a sua autonomia.

A RTP conta ainda com receitas oriundas de publicidade, permitida apenas em um de seus canais de tevê, o RTP 1. Em entrevista ao portal do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC, 2016) a pesquisadora da Universidade do Minho Madalena Oliveira ressalta que as duas formas de obtenção de recursos não estão livres de questionamentos pelos cidadãos. Segundo ela, a cobrança de taxas é criticada na medida em que se paga por um serviço que, eventualmente, nem todos querem. Por outro lado, algumas pessoas questionam o financiamento de um serviço público por meio de receita advinda da publicidade.

A busca pela independência também é percebida por meio da análise da estrutura gestora da RTP, composta por diversos órgãos que monitoram sua prestação de serviço público. Destaca-se o Conselho de Opinião, composto majoritariamente por membros indicados por entidades representativas da sociedade civil. Dentre outras atribuições, cabe ao colegiado acompanhar as atividades da emissora, pronunciando-se sobre o cumprimento das propostas do serviço público de radiodifusão português, e avaliar os planos de atividade, o orçamento e os relatórios de prestação de contas da empresa.

Boas experiências de televisão pública também foram desenvolvidas em outros países, inclusive fora da Europa. Nos Estados Unidos, a despeito da vocação comercial adquirida pelo sistema de mídia desde sua implantação, a PBS (*Public Broadcasting System*) ocupa um papel importante na formação dos cidadãos. Organização sem fins lucrativos, a emissora tem como foco principal a produção de conteúdos educativos, noticiosos e de entretenimento.

⁴ Em maio de 2016 foi anunciada a extinção do órgão. A previsão é de que seja criado um conselho composto por membros indicados pela *BBC* e pelo governo. As funções reguladoras do *BBC Trust*, por sua vez, estão sendo repassadas ao *Ofcom*.

A PBS possui mais de 350 estações em todo o país. Ao mesmo tempo em que veiculam a programação do canal, essas emissoras possuem liberdade para produzir seus próprios conteúdos. Os materiais locais, por sua vez, também abastecem a grade em nível nacional.

A radiodifusora é financiada por meio de taxas pagas por essas estações afiliadas, além de doações de pessoas físicas, fundações e apoiadores privados, e de recursos dos governos federal, estaduais e locais.

Ainda que não conte diretamente com a participação da sociedade civil em sua gestão, assim como os demais veículos de comunicação dos Estados Unidos, a PBS está sujeita à regulamentação definida pela *Federal Communications Commission (FCC)*. O órgão foi criado na década de 30 para coibir o monopólio dos meios de comunicação. Independente do governo e supervisionado pelo Congresso, a *FCC* é responsável, dentre outras coisas, por elaborar, revisar e implementar os marcos regulatórios das telecomunicações no país; por processar os pedidos de licença para canais de rádio e tevê, e por investigar e analisar as reclamações e sugestões recebidas da sociedade. Para tanto, conta com a colaboração de Comitês Consultivos, por meio dos quais os cidadãos podem fornecer informações que vão subsidiar a adoção de políticas públicas do setor.

2.3 A TRAJETÓRIA DA TELEVISÃO PÚBLICA NO BRASIL

Assim como nos Estados Unidos, no Brasil a televisão apresenta um viés eminentemente comercial desde sua implantação. A primeira emissora de tevê nacional foi a TV Tupi Difusora, inaugurada em setembro de 1950. O canal pertencia ao grupo Diários Associados, do empresário Assis Chateaubriand.

Duas características principais da radiodifusão brasileira, e que persistem ainda hoje, são evidentes desde essa época: a subordinação aos interesses de grupos patrocinadores e o oligopólio dos meios de comunicação. A primeira é perceptível, inclusive, no nome adotado pelo principal telejornal da emissora: o Repórter Esso, que foi ao ar entre 1952 e 1970. O controle dos meios de comunicação por poucos manifesta-se na medida em que o grupo de Chateaubriand era o principal conglomerado de mídia do país, possuindo diversas emissoras de rádio e veículos impressos.

As experiências brasileiras com emissoras de tevê do campo público só tiveram início no final da década de 60, a partir da criação de canais de cunho educativo. Estes veículos eram explorados pela União, estados e municípios, sob controle do governo militar.

Sua caracterização como públicos se dava em decorrência de sua não vinculação à lógica comercial e, portanto, não concorrência com os meios de comunicação privados. Fugiam, ainda, à lógica da programação voltada ao entretenimento, exibindo conteúdos educativos, aulas e palestras.

Aguiar (2012) considera que devido ao crescimento da industrialização, o governo militar avaliou a necessidade das emissoras educativas. Assim, em 1967, através do Decreto-Lei número 236, que realizava a regulamentação do setor de radiofusão pública, foi criada a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE). Era então constituído um órgão oficial voltado para o fomento de programação educativa. (OLIVEIRA FILHO; COUTINHO, 2014, p.3-4)

A TV Universitária de Pernambuco, criada em 1968, foi precursora do serviço público de televisão no país. Atualmente, o canal retransmite a programação da TV Brasil e veicula produções locais, constituindo-se como espaço de prática profissional para estudantes de diversos cursos oferecidos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

A TVU Recife, desde sua criação, definiu uma linha de programação que busca associar informação, cultura, lazer e educação. Ao longo dos anos, esse modelo foi repensado, mas manteve o caráter da programação voltada para a discussão da comunicação pública. Desde 2013, o slogan da emissora é "Nossa TV Pública". (UFPE)

Em um período de sete anos, outras nove emissoras educativas foram criadas no Brasil, a maioria delas vinculadas a órgãos gestores da educação, cultura e comunicação, em níveis estadual e federal. Uma delas é a TV Cultura de São Paulo, administrada pela Fundação Padre Anchieta (FPA), entidade de direito privado, sem fins lucrativos. Criado em 1969, o canal é referência na comunicação pública brasileira. Em 2014 teve sua programação eleita como a 2ª melhor do mundo, ficando atrás somente da BBC.⁵ Destacam-se seus programas infantis, vencedores de vários prêmios no Brasil e no exterior, ainda que a emissora sofra com corte de verbas e, em 2016, tenha seu direcionamento editorial questionado.

A receita da FPA é oriunda, principalmente, de dotações orçamentárias do Estado de São Paulo, da venda de produtos criados a partir de elementos de sua programação e da veiculação de publicidade institucional. A Fundação também conta com um Conselho Curador, composto por representantes da sociedade civil. Porém, o desequilíbrio entre o número de membros natos e eleitos não permite que a participação social na administração da

⁵ O estudo, intitulado *International Perceptions of TV Quality* foi encomendado pela BBC ao instituto Populus. Foram aplicados questionários online à pessoas com mais de 18 anos, em 14 países, abordando o nível de qualidade da programação da TV em geral e dos maiores canais de televisão de cada um deles. Os resultados estão disponíveis em: <http://downloads.bbc.co.uk/mediacentre/international-research-data.pdf>.

entidade seja efetiva (tópico que será melhor discutido no capítulo cinco), contribuindo para uma maior interferência do governo do estado nas decisões editoriais dos canais por ela geridos.

Em âmbito estadual, destaca-se a atuação da Rede Minas de Televisão, fundada em 1984 pelo então governador Tancredo Neves. A finalidade era produzir e veicular conteúdos educativos, culturais e artísticos. Inicialmente de natureza privada, sem fins lucrativos, a emissora teve sua estrutura reorganizada pela Lei 11.179 de 1991, tornando-se fundação pública. O canal, vinculado à Secretária de Estado da Cultura de Minas Gerais, possui autonomia administrativa e financeira.

De acordo com a legislação, constituem receitas da Rede Minas, dentre outras, recursos designados pelo Estado, doações de órgãos ou entidades públicas e privadas, e renda resultante da prestação de serviços e de apoio cultural. É proibida a veiculação de propaganda comercial, ressalvados os casos de publicidade institucional.

Em sua lei de criação já estava prevista a existência de um Conselho Curador. Atualmente, o colegiado é composto por oito membros, com equivalência entre natos e designados. Dentre os elegíveis, três são indicados por instituições de ensino superior, entidades da classe empresarial e pelos sindicatos, e posteriormente nomeados pelo governador, à quem também cabe a escolha do quarto membro, que deve ser um profissional com atuação na área cultural. Dentre as competências do Conselho, destacam-se a responsabilidade de deliberar sobre a política geral da emissora e seu plano de ação e orçamento, aprovar sua prestação de contas anual e elaborar seu regimento interno.

No tangente à programação, de acordo com dados disponíveis em seu site⁶, “a Rede Minas é a emissora de TV de Minas Gerais que mais produz conteúdos inéditos em número de horas”. Sua grade é composta por produções próprias, programas de emissoras parceiras e da TV Brasil, de quem é afiliada e para a qual também fornece conteúdos.

Dentre as produções locais, destaca-se o Agenda, revista eletrônica que está no ar desde de 1987. Apresentado por Daniella Zupo, o programa veicula conteúdos sobre teatro, cinema, artes plásticas e literatura. No jornalismo, as notícias de âmbito estadual são apresentadas em duas edições diárias do Jornal Minas. O programa investe em entrevistas ao vivo, opiniões de especialistas e reportagens especiais como formas de aprofundamento dos fatos. Um aspecto negativo, apontado por Teixeira e Coutinho (2016, p.12), é a concentração

⁶ <http://redeminas.tv/a-rede-minas/>

das produções do telejornal na capital mineira, dificultando a efetivação da pluralidade de vozes e da representação da diversidade da população mineira nas narrativas.

A despeito da existência de emissoras locais e estaduais, até 2007 o Brasil ainda não possuía um canal de tevê eminentemente público e nacional. Foi a partir da mobilização de diversos setores da sociedade civil, reunidos um ano antes no I Fórum Nacional de TVs Públicas, que abriram-se as portas para a criação da TV Brasil.

É importante salientar que a iniciativa de instituições do campo público de tevê - dentre as quais figuram canais de televisão, organizações da sociedade civil que atuam em prol da democratização da comunicação (como o FNDC e o Coletivo Intervozes) e associações representativas do setor (tais como a Associação Brasileira de Emissoras Educativas e Culturais- ABEPEC) - foi essencial para a convocação do Fórum. Essas entidades manifestaram preocupação quanto ao lugar das emissoras de caráter público no processo de digitalização do sistema de radiodifusão nacional.

O evento foi promovido em parceria com a Secretaria de Audiovisual, os Ministérios da Cultura, da Educação e outros órgãos do Governo Federal. A preparação se deu a partir de duas rodadas de reuniões entre as instituições do campo público e representantes do governo. Como resultado, foram criados dois Cadernos de Debates, que embasaram as discussões do Fórum.

Os apontamentos foram concretizados e sintetizados na Carta de Brasília, documento “que se tornou marco de referência para a discussão da televisão pública no Brasil, e apesar de tudo, parâmetro que de certo modo balizou o *modus operandi* da TV Brasil” (OTONDO, 2012, p.140).

Dentre os princípios apontados na carta, destacam-se a defesa da TV pública como instrumento de universalização dos direitos à informação, à comunicação, à educação e à cultura; de sua independência e autonomia em relação a governos e ao mercado, e da presença de órgãos de caráter deliberativo, compostos por representantes da sociedade civil, na gestão e fiscalização de sua programação.

De acordo com Teresa Otundo (2012, p.138), em março de 2007 o então Ministro das Comunicações Hélio Costa já havia apresentado ao presidente Lula o projeto de uma Rede Nacional de Televisão Pública. A emissora, cuja inauguração coincidiria com o início das operações da tevê digital no país, seria destinada à divulgação das ações do governo. Assim, foi criada, em dezembro, a TV Brasil.

Ainda que não tenha contemplado todos os preceitos discutidos durante o I Fórum Nacional de TVs Públicas, a emissora representou um passo importante para a consolidação

do sistema público de radiodifusão brasileiro. As diretrizes previstas na Lei 11.652/2008, que versa sobre os princípios e objetivos da radiodifusão pública, apontam para uma redefinição da proposta inicial de Hélio Costa.

Simultaneamente à criação da emissora, foi constituída a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que ficou responsável por sua gestão e de outros veículos públicos de comunicação. A EBC é uma empresa pública, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. Um dos pontos críticos em relação à sua natureza jurídica é sua vinculação à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, que muitos autores defendem ir de encontro ao princípio da autonomia, característico do serviço público de comunicação.

Além disso, ainda que a legislação preveja fontes alternativas de receita, a maior parte de seu financiamento provém de dotações orçamentárias. Outros recursos deveriam vir de uma taxa recolhida junto à empresas do setor de telecomunicações, mas, em função de disputas judiciais, apenas em 2014 chegaram ao caixa da EBC (tópico a ser melhor esclarecido no capítulo a seguir). A questão do financiamento representaria, assim, mais um empecilho à independência da emissora.

Apesar desses pontos negativos, a legislação previa a criação de mecanismos de participação da sociedade na gestão da TV Brasil, dentre eles o Conselho Curador e a Ouvidoria, cujas atuações serão abordadas mais a fundo no quinto capítulo.

3 TV BRASIL

Ao constituir-se como gestora da comunicação pública nacional, a Empresa Brasil de Comunicação herdou os canais de rádio e televisão geridos pela estatal Radiobrás e pela TVE do Rio Janeiro. Também foi atribuída à Empresa a responsabilidade pela implantação de novas emissoras públicas de radiodifusão. Dentre elas figura a TV Brasil, primeiro canal público de tevê com alcance nacional.

A emissora é resultante da fusão da Radiobrás e das TVEs do Rio e do Maranhão. O canal estreou sua programação no dia 2 de dezembro de 2007, data que também marcou o início das transmissões de TV digital no território brasileiro. Atualmente possui sedes em Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e São Luís (MA), e trabalha em parceria com emissoras em 21 estados do país. Suas transmissões são veiculadas em mais de 1780 municípios brasileiros.

Em maio de 2010 foi criada a TV Brasil Internacional, disponível para 66 países. A maior parte de sua programação é composta por programas pertencentes à grade da emissora no Brasil. Mas há também investimentos na produção de conteúdos destinados exclusivamente ao canal internacional, como o boletim Brasil Hoje, que veicula fatos de interesse do emigrante brasileiro e as principais notícias do dia no país. Cabe aqui ressaltar que todos os conteúdos são transmitidos em língua portuguesa.

Além da resistência da mídia brasileira, que desde sua criação acusa a emissora de ser uma tevê de governo, a TV Brasil enfrenta o desafio de se estabelecer em um contexto e dentre um público acostumado aos moldes de programação, formato e conteúdo dos veículos privados comerciais. Investindo em mecanismos que permitem à sociedade participar de sua gestão e da elaboração de sua grade de programas, o canal vem construindo sua identidade e buscando tornar sua proposta de comunicação pública cada vez mais efetiva.

Recentemente seu caráter público foi ameaçado com a decretação da Medida Provisória (MP) 744, editada pelo presidente em exercício Rodrigo Maia, que ocupava o cargo durante viagem de Michel Temer à China. Promulgada em 1º de setembro de 2016, a decisão altera os princípios e objetivos da Empresa Brasil de Comunicação, efetivando mudanças na direção da empresa e excluindo seu Conselho Curador, órgão que possibilita a participação da sociedade civil em sua gestão. A Medida amplia ainda a atuação do Poder Executivo, permitindo a este nomear e exonerar membros da diretoria.

De acordo com a lei de criação da EBC, cabia ao presidente da República somente a indicação do diretor-presidente e do diretor-geral. Ainda de acordo com a mesma legislação,

o mandato do diretor-presidente tem duração de quatro anos, independentemente da troca de governo. O presidente só pode deixar o cargo por livre escolha ou após receber dois votos de desconfiança do Conselho Curador em um período de doze meses.

Em maio, Dilma Rousseff nomeou Ricardo Melo como presidente da EBC. O posto estava vago desde fevereiro, após saída de Américo Martins. Ao ocupar interinamente a Presidência da República após o afastamento de Dilma pela Câmara dos Deputados, Michel Temer exonerou Melo do cargo, e nomeou Laerte Rimoli como novo presidente da empresa. Uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) reconduziu Ricardo Melo à presidência, em observância aos princípios legais.

Com a alteração da estrutura da Empresa Brasil de Comunicação pela MP 744, o ministro Dias Toffoli voltou atrás em sua decisão e revogou a liminar que garantia a permanência de Ricardo Melo na presidência. A alegação foi de que com o novo decreto a decisão perdia seu efeito. Dias depois Temer voltou à exonerar Melo e nomeou Laerte Rimoli como novo diretor-presidente da EBC.

Ao modificar, por meio de medida provisória, a Lei Nº 11.652/2008, excluindo a principal instância de participação da sociedade e criando mecanismos que lhe permitem intervir diretamente na composição da diretoria executiva da EBC, Temer retira da mesma a principal característica que a faz pública: sua autonomia. Assim, seus veículos correm o risco de se tornarem, de fato, um instrumento governamental, colocando fim à uma importante conquista da sociedade brasileira.

Para se entender a importância da TV Brasil na formação do pensamento crítico dos cidadãos brasileiros e na oferta de conteúdos plurais e de interesse público, é necessário conhecer melhor os princípios que balizam sua programação, bem como alguns dos materiais por ela ofertados. Embora se reconheça que ainda havia muito a ser feito, em quase dez anos no ar a TV Brasil trilhou um importante caminho na consolidação da comunicação pública no país.

3.1 PRINCÍPIOS DA TV BRASIL

Além de atender aos anseios dos diversos segmentos da sociedade que se reuniram no I Fórum Nacional de TV's Públicas, a Empresa Brasil de Comunicação veio preencher uma lacuna existente no sistema de radiodifusão brasileiro ao possibilitar o cumprimento do princípio da complementaridade entre os sistemas estatal, privado e público, previsto no artigo 223 da Constituição Federal.

No entanto, mais do que complementar a oferta de conteúdo, os veículos de comunicação geridos pela EBC, dentre os quais figura a TV Brasil, devem se esforçar para ampliá-la, comprometendo-se com a pluralidade e a criação de espaços para os segmentos sem voz na grande mídia. Logo, devem observar e colocar em prática as competências atribuídas à radiodifusora em sua lei de criação.

Além disso, diferentemente dos veículos comerciais, os do campo público não se orientam pela lógica mercadológica. Assim, por não buscarem prioritariamente o lucro e não terem que responder aos interesses de patrocinadores, possuem maior liberdade na definição e produção de seus conteúdos.

De acordo com a Lei Nº 11.652, são atribuições e objetivos da EBC:

- a produção de programas com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;
- o estímulo às produções regionais e independentes, garantindo os mínimos de 10% para aquelas e de 5% para essas em sua programação semanal, com veiculação em horário compreendido entre 6 e 24 horas;
- promover o acesso à informação por meio da pluralidade de fontes e distribuição de conteúdo;
- fortalecer o exercício da cidadania e da democracia, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação;
- a oferta de subsídios necessários à promoção do debate público acerca de temas de relevância e
- oferecer programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania, possibilitando o desenvolvimento da consciência crítica dos cidadãos.

Também cabe a seus veículos o desenvolvimento de formatos linguísticos e narrativos inovadores e o estímulo à produção de conteúdos interativos. Essa liberdade de criação e possibilidade de experimentação são fatores essenciais para a construção da identidade dos programas da TV Brasil⁷.

⁷ Visando atender ao princípio da inovação, o Conselho de Administração da EBC aprovou, em 2015, a criação do Centro de Pesquisa Aplicada em Comunicação Pública. A iniciativa é resultado de uma parceria da Empresa com a Unesco e tem como objetivo o desenvolvimento de projetos inovadores nas áreas técnica, tecnológica e de produção de conteúdo. Composto por mais de 130 pesquisadores, o Centro possui três Grupos de Pesquisa, atuantes no Rio de Janeiro e em Brasília. Uma das propostas é que os resultados dos trabalhos possam ser

A partir da observação dos princípios acima elencados e de outros que regem as atividades da EBC e de seus *media*, é possível perceber a relevância dada ao cidadão e à pluralidade da sociedade brasileira. Por meio da análise da programação da TV Brasil, verificar-se-á de que forma ela reflete a tentativa de cumprimento dessas diretrizes.

3.2 PROGRAMAÇÃO DA EMISSORA

Em linha com as mudanças ocorridas em sua gestão, no final de agosto a programação da TV Brasil passou por algumas mudanças, sob justificativa de aproximar públicos interessados em seus programas mas que não conseguiam acompanhá-los devido aos horários avançados. As edições do Repórter Brasil, por exemplo, passaram a ser exibidas mais cedo, provocando a antecipação de vários programas veiculados na faixa noturna da emissora. Outras produções ganharam novas edições, como o esportivo Stadium: antes exibido somente aos sábados, passou a contar com duas edições por dia. Essas modificações serão consideradas na realização das análises que compõem esta sessão. Apesar disso, também para que seja possível conhecer as propostas da TV Brasil, no momento de atuação do Conselho Curador, serão apresentados e descritos programas que estiveram no ar no período anterior.

Visando cumprir os princípios que balizam suas ações, a TV Brasil investe na diversidade de seus programas, que é composta por diversos gêneros e voltada as diferentes faixas etárias. No entanto, no tangente ao público, a distribuição dos conteúdos apresenta um desequilíbrio significativo: quase 1/3 da programação diária do canal é composta por produções dirigidas ao público infantil.

No que diz respeito à origem dos materiais, segundo dados disponíveis no site da Empresa Brasil de Comunicação⁸, aproximadamente 34% é produção própria, pouco mais de 32% é fruto de parcerias e cerca de 31% tem origem em licenciamentos. O percentual restante corresponde a coproduções.

A parceria com as emissoras que compõem a Rede Pública de Televisão⁹ é um dos principais fatores que contribui para a manutenção da diversidade na grade da TV Brasil e em seus programas jornalísticos. Elas permitem dar visibilidade aos acontecimentos e à

disponibilizados em uma plataforma de Ensino à Distância (EAD), permitindo o acesso por outros profissionais do setor público de comunicação. Em maio de 2016, o centro de pesquisa foi cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

⁸ <http://www.ebc.com.br/institucional/lei-de-acesso-a-informacao/quanto-da-grade-de-programacao-da-tv-brasil-e-produzido-pela-propria>

⁹ Lançada em 2007 e formalizada em 2010 a partir de contratos associativos, a Rede Pública de Televisão corresponde à uma associação entre a Empresa Brasil de Comunicação e emissoras educativas culturais de diferentes estados, com a TV Brasil à frente das transmissões.

manifestações culturais de diversas regiões do país. Destacam-se as transmissões dos carnavais de Recife e de Salvador, e das tradicionais festas juninas do Nordeste.

Outro aspecto a ser ressaltado sobre a programação da emissora é o investimento em políticas de fomento à produção de materiais audiovisuais. Por meio de parceria com o Ministério da Cultura (MinC) e outras instituições, a TV Brasil atua como coprodutora, exibidora e distribuidora de diversos conteúdos. Os curtas-metragens produzidos através do programa Curta Criança, financiados por políticas governamentais de incentivo à produções independentes voltadas ao público infanto-juvenil, são alguns dos materiais exibidos pela emissora.

Nos últimos anos, o canal também tem investido em sua programação esportiva. Além de programas específicos e de editorias destinadas ao esporte em seus noticiários, a TV Brasil vem se destacando na transmissão de competições não contempladas pelos canais da grande mídia na tevê aberta.

Desde 2010, transmite a série C do Campeonato Brasileiro. Em 2015, transmitiu a Copa do Mundo FIFA de Futebol de Areia, a Copa do Mundo e o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, e a série D e as últimas partidas da série B do Campeonato Brasileiro. Este ano, em parceria com emissoras estaduais, a TV Brasil cobriu as principais competições dos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro. De acordo com dados da emissora, foram cerca de 10 horas diárias dedicadas ao evento, com prioridade às disputas de atletas brasileiros. Vale ressaltar que a emissora foi a única tevê aberta a transmitir a competição.

Também merecem destaque os conteúdos de caráter inclusivo, como o Visual (antigo Jornal Visual), telejornal diário voltado à comunidade surda e apresentado na Linguagem Brasileira dos Sinais (LIBRAS). A TV Brasil veicula ainda o “Programa Especial”, que se utiliza de recursos inclusivos - como a tradução em LIBRAS, legendas em português e áudio descrição - na abordagem de diversas temáticas. Exibido semanalmente, o programa é apresentado por Juliana Oliveira, que é cadeirante, e conta com reportagens de Fernanda Honorato, a primeira repórter com síndrome de Down do mundo, e do repórter cadeirante José Luiz Pacheco.

A inclusão se dá, ainda, a partir do investimento em canais de participação da sociedade. Um exemplo é o programa O Público na TV, produzido pela Ouvidoria da Empresa Brasil de Comunicação, órgão responsável por receber as manifestações do público. Veiculado entre 2011 e 2014¹⁰, o programa se utilizava das sugestões e críticas recebidas para

¹⁰ Na página do programa (<http://tvbrasil.ebc.com.br/opubliconativ/episodios>), o último episódio postado é de 27 de fevereiro de 2014. Já na página da Ouvidoria no *Youtube*,

definir as pautas de cada edição. Dessa forma, além de prestar contas aos cidadãos, promovia discussões sobre temas pertinentes e aspectos importantes da programação dos veículos da EBC.

No campo jornalístico, a TV Brasil oferece uma significativa quantidade de produções, que abordam a informação em diversos gêneros e formatos. Na categoria debates, destaca-se o Sem Censura, um dos programas “herdados” da TVE Brasil. Apresentado por Leda Nagle, aborda diferentes temáticas com a presença de convidados.

A reportagem em profundidade é o mote do Caminhos da Reportagem, programa semanal que versa sobre assuntos atuais e de relevância para a sociedade brasileira. A análise crítica da mídia e de seus conteúdos é tema de programas como O Ver TV e o Observatório da Imprensa, ambos semanais e contando com a participação de convidados.

No gênero entrevistas destaca-se o Palavras Cruzadas Brasil, comandado pelo jornalista Florestan Fernandes. Exibido às terças-feiras, o programa aposta na pluralidade de opiniões para promover um debate equilibrado de temas como economia, política, esportes e cultura.

O jornalismo diário da emissora é marcado pelas duas edições do Repórter Brasil e pelo Notícia Agora. Este último é um boletim informativo que está no ar desde outubro de 2015 e é exibido de hora em hora a partir das 15h. O Repórter Brasil é o principal telejornal da emissora, exibido em duas edições: uma à tarde, veiculada de segunda à sexta, entre 13h00 e 13h30, e uma noturna, transmitida de segunda à sábado, a partir das 19h45. Inicialmente exibido com uma hora de duração, durante o período eleitoral o RB Noite passou a ter 45 minutos de exibição, o que foi mantido depois.

O telejornal estreou no dia 03 de dezembro de 2007, um dia depois do início das transmissões da TV Brasil, e sua segunda edição é objeto de análise deste estudo. Dois de seus quadros constituem estratégias inovadoras de participação do público. Um deles é Outro Olhar: sem periodicidade estabelecida, exhibe materiais enviados por telespectadores e produtores de conteúdo, e que sejam relacionados à algum tema abordado na respectiva edição. O público também pode manifestar sua opinião sobre temas de destaque por meio do Pergunta do Dia, espécie de povo-fala exibido ao final de cada bloco do noticiário.

3.3 O TELEJORNALISMO NA TV BRASIL

A prática jornalística dos veículos da Empresa Brasil de Comunicação é balizada não somente pelas diretrizes que regem as ações da empresa e estão previstas em lei, mas também por um manual elaborado em 2013. O “Manual de Jornalismo da EBC - Somente a verdade”, foi produzido a partir da Resolução N° 05/2010 do Conselho Curador. Como previsto no documento, a população pôde participar da criação do guia.

Em um primeiro momento, foi formado um grupo composto por jornalistas da EBC. Esses profissionais participaram de uma série de reuniões e debates (inclusive com profissionais de outros setores da empresa) e realizaram leituras, entre elas do Relatório Avaliação do Telejornalismo da TV Brasil, produzido por um grupo de pesquisadores da UFJF, e posteriormente, produções de textos temáticos. Foram recebidas, ainda, contribuições dos participantes do Seminário Internacional de Mídias Públicas - Desafios e Oportunidades para o Século 21, realizado na sede da Empresa em 2011.

Na segunda etapa de trabalho, os princípios e conceitos orientadores do manual foram disponibilizados na internet, possibilitando a participação da sociedade por meio do envio de sugestões. Na sequência, a proposta do texto foi encaminhada à Diretoria Executiva da EBC para ser discutida e aperfeiçoada.

Foi então postada na intranet da empresa, dando aos funcionários nova oportunidade de participação. Após ser aprovada pela Diretoria Executiva, a minuta do manual retornou ao Conselho Curador para análise pela Câmara Temática de Jornalismo e Esporte (hoje extinta), cujo parecer havia dado origem à Resolução do colegiado.

Uma das preocupações na elaboração do guia foi com a construção do caráter público da empresa. Assim, pela análise de suas diretrizes, observa-se um cuidado em deixar claro que o jornalismo praticado por seus veículos deve estar sempre comprometido com os cidadãos e o interesse público.

O primeiro capítulo do Manual de Jornalismo da EBC é destinado à exposição dos princípios, valores, objetivos e diretrizes que devem nortear a prática jornalística em seus *media*. A verdade é apontada como compromisso fundamental e valor soberano, sendo ressaltada a necessidade da busca pela clareza dos fatos.

Dentre os princípios elencados, destacam-se a garantia da expressão da diversidade social, cultural e regional; a pluralidade de ideias e percepções da realidade, e a autonomia na definição da produção, programação e veiculação de conteúdos. Entre os valores, objetivos e diretrizes que devem guiar o jornalismo dos veículos da EBC, ressaltam-

se aspectos como a imparcialidade dos profissionais¹¹ e o estímulo à participação do público nas diversas etapas da produção das notícias.

O capítulo seguinte, Práticas Jornalísticas - Referenciais e Procedimentos, reúne uma série de orientações que devem ser levadas em conta para que se efetive o cumprimento dos preceitos atribuídos à comunicação pública. O compromisso com a qualidade é um dos aspectos ressaltados, sendo a sua prática apontada como exercício de respeito ao cidadão e argumento de conquista do público. A qualidade estaria relacionada não somente à questões técnicas, mas também no respeito à ética e na busca pela objetividade (que se traduziria em relatos restritos ao fato em si).

A sessão também evidencia a prática do Jornalismo Participativo pelos veículos da Empresa Brasil, a qual é relacionada com a subordinação destes meios aos interesses da sociedade. O exercício dessa participação se daria pelo acolhimento de sugestões, críticas, informações e pautas, e também pela abertura de espaço para a veiculação de conteúdos produzidos por telespectadores. Nesse tangente desataca-se o já citado Outro Olhar, quadro exibido pelo Repórter Brasil.

Na terceira parte do manual são apontados aspectos acerca das relações estratégicas dos profissionais da EBC: com o público, com as fontes e com os companheiros de trabalho e a empresa. Cabe aqui destacar algumas das questões relacionadas à atuação dos jornalistas junto às fontes. Uma delas é a busca pelo equilíbrio, que se traduziria no ouvir os principais envolvidos nos fatos e proceder à uma boa apuração, para se reportar as informações com objetividade. O Manual também instrui os profissionais a não induzir respostas e/ou demonstrar parcialidade, a se atentar ao direito de resposta no caso de equívocos cometidos, dentre outras questões.

A quarta sessão do guia apresenta parâmetros para a prática jornalística e é dividida em duas partes. A primeira é voltada para a apuração e a reportagem, com observações sobre as pautas, entrevistas, *off the record*¹² e outros processos que envolvem essas etapas de produção da notícia. O segundo item reúne uma série de instruções relativas à edição, dentre elas, orientações sobre o uso de conteúdos audiovisuais e fotográficos e os cuidados a serem tomados para que não sejam cometidas calúnia, difamação e injúria.

¹¹ De acordo com o Manual, essa imparcialidade se daria no dever dos profissionais da EBC em “evitar o partidarismo, a pregação religiosa, o tom promocional e qualquer finalidade propagandística. A informação deve refletir a verdade dos fatos” (MANUAL DE JORNALISMO DA EBC, 2013, p. 23).

¹² O *off the record* caracteriza uma situação na qual o jornalista recebe indicação, explícita ou não, de que não deve divulgar as informações fornecidas pela fonte.

Com base na proposta de comunicação pública da EBC, o capítulo cinco traz orientações específicas para os principais temas e situações de cobertura. Educação, política, saúde, cultura, economia, esporte, segurança pública e direitos humanos são alguns dos assuntos elencados. A sessão destaca ainda a necessidade de se dar espaço e abordar sem preconceito as pautas relacionadas à sociedade civil e aos movimentos sociais organizados, bem como aquelas que envolvem mecanismos de participação da sociedade na definição de políticas públicas.

Dentre essas orientações, as que mais interessam ao presente estudo são as relativas à cobertura política pelos veículos da EBC. De forma geral, ressalta-se que o compromisso da empresa é com o cidadão e que as abordagens devem ser apartidárias, justas, objetivas, autônomas, equilibradas e em sintonia com o interesse público. Para tanto, destaca-se a necessidade de capacitação dos profissionais.

O quinto capítulo do manual também relaciona parâmetros a serem seguidos na cobertura das ações de cada um dos poderes. De acordo com o documento, os fatos relativos ao Poder Executivo devem ser acompanhados em suas causas e consequências, e o mesmo deve ser reportado como destinatário de pressões e demandas da sociedade. Os processos do Legislativo devem ser acompanhados e explicados em todas as suas etapas, propiciando aos cidadãos os meios para participar e compreender como os órgãos dessa esfera do poder procedem no tratamento das questões de interesse público. As atividades do Poder Judiciário, por sua vez, devem ser entendidas e transmitidas adequadamente, ressaltando-se sua importância, causas e efeitos. Ainda com relação ao mesmo, observa-se a necessidade de não se fazer julgamentos acerca de questões *sub judice*, ou seja, de questões que ainda aguardam por determinações judiciais.

Os jornalistas também são orientados a evitar a cobertura de eventos apenas por seu simbolismo, devendo levar em conta a relevância das mensagens que contiverem. No tangente às eleições, orienta-se que a produção de conteúdo seja pautada por protocolos específicos elaborados pela empresa a cada ano eleitoral.

A Ética é tema do capítulo seis. Além de adotar os preceitos do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, o Manual de Jornalismo da EBC acrescenta e reforça alguns parâmetros. São elencados temas delicados, como o uso da função jornalística para a solução de questões pessoais e infrações à lei. Reforça-se ainda a busca pela objetividade, ressaltando-se que o profissional deve evitar o alinhamento com quaisquer dos lados da questão que esteja abordando.

A sessão seguinte, Estratégias para a qualidade, é reservada à indicação de ações a serem adotadas com fins de garantir a qualidade dos materiais jornalísticos produzidos pelos veículos da Empresa Brasil de Comunicação. A qualidade, de acordo com o guia, é “informação apurada sob rigor e exatidão e transmitida com clareza e objetividade, por profissionais preparados e em constante atualização” (MANUAL DE JORNALISMO DA EBC, 2013, p.75).

No tangente ao exercício da comunicação pública, destaca-se a proposta de realização de pautas colaborativas: a partir de temáticas previamente anunciadas, o público poderia contribuir com dados e informações. A produção de materiais voltados às diferentes plataformas, a utilização da internet para ampliar a oferta de conteúdos e o uso das redes sociais, destacada como importante ferramenta de interação com o público, também são alguns dos aspectos apontados.

A sessão propõe ainda a elaboração de Planos Editoriais, roteiros criados por cada veículo com fins de buscar a excelência dos produtos dirigidos aos cidadãos. O capítulo também define a criação do Comitê Editorial de Jornalismo, formado por profissionais da Empresa e responsável por promover verificações pontuais às produções jornalísticas de seus *media*.

O Comitê foi implantado em 2014, ano seguinte à elaboração do manual. Sua última reformulação aconteceu em junho de 2016, visando atender à Recomendação nº 02/2016 do Conselho Curador - que convocava a atuação do órgão em caráter de urgência, com fim de auxiliar o jornalismo da EBC na cobertura do cenário político vivido pelo país - e à necessidade de renovação prevista no Manual de Jornalismo da empresa. Atualmente o órgão é composto por 12 membros, oito deles indicados pela Comissão de Empregados e três pelo Diretor de Jornalismo, que completa a composição do colegiado.

Por fim, o último capítulo do manual contém em anexo documentos importantes e que também balizam a prática jornalística na Empresa Brasil de Comunicação, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Lei Nº 11.652/2008 e o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

4 TELEJORNALISMO PÚBLICO

A Constituição de 1988, em seu artigo 5º, assegura aos cidadãos brasileiros o direito à livre manifestação e expressão e o acesso à informação. Este último se faz necessário na medida em que possibilita a concretização de outros direitos: ao estar a par do que lhe é garantido por lei, o indivíduo tem acesso aos instrumentos necessários para o exercício de sua cidadania.

O conhecimento dos direitos é a premissa para o seu exercício. Para que cada homem possa participar das decisões que lhe interesse e/ou lhe diga respeito em condições de igualdade, é indispensável um sistema de comunicação que ofereça ao conjunto de cidadãos as informações básicas e as alternativas possíveis para que tais decisões sejam tomadas, conscientemente – na medida do possível –, com a possibilidade máxima de acesso à informação. (GENTILLI,1995, p.200 apud SCORALICK,2009, p.4).

As notícias, fruto do trabalho jornalístico, são a principal forma de acesso dos cidadãos a fatos que são essenciais à sua inserção na sociedade e que lhes possibilitam conceber suas opiniões e intervir nos processos decisórios que afetam suas vidas. Apesar do crescente uso das novas plataformas, os veículos de comunicação de massa ainda figuram como principal fonte de informação para a maior parte dos brasileiros. Destaca-se aqui o papel da televisão, presente em quase 100% das residências do país (97,2% de acordo com dados da PNAD 2013-IBGE).

Assim, e somando-se a isso todos os ideais que perpassam a atividade jornalística, o telejornalismo constitui-se como meio essencial de circulação das notícias no Brasil. No entanto, a submissão das emissoras à ordem mercadológica, caracterizada pela busca do lucro, teria como uma de suas consequências uma grade que privilegia o lazer e o entretenimento em detrimento de conteúdos que estimulam a reflexão¹³.

Além de contar com um espaço reduzido na programação das emissoras privadas, o jornalismo por elas produzido encontra-se constantemente influenciado por diversos interesses, resultando na oferta de informações que não contemplam a contextualização e o aprofundamento dos fatos.

Ainda que o usufruto dos espectros radioelétricos dependa de concessões públicas, o que demandaria à todas as empresas de radiodifusão o compromisso com a

¹³ É importante salientar que compreende-se que a busca pelo lucro nem sempre é sinônimo de ausência de qualidade. No entanto, o que se quer aqui ressaltar é que, ao tomar o lucro como objetivo maior, muitas vezes os veículos de comunicação privados concentram-se nos números (audiência) em detrimento dos conteúdos.

prestação de um serviço público e com a sociedade - uma vez que fazem uso de um bem comum - as tevês comerciais privilegiam a busca pelo lucro e o atendimento aos interesses de poucos. Ao tratar os conteúdos como mercadoria e o público como consumidor, esses veículos também ignoram que a proposta de servir aos cidadãos é uma missão atrelada ao gênero jornalístico em sua essência, se afastando ainda mais dessa responsabilidade. Diante deste cenário, o jornalismo público se coloca como importante opção àquele produzido por emissoras guiadas pela lógica comercial.

Ao não ter como principal objetivo o lucro, não visar prioritariamente os altos índices de audiência e não estar sob influência de interesses mercadológicos, de patrocinadores, de gestores e de outros grupos, a comunicação pública possui maior liberdade de ação. Assim, a produção de seus conteúdos pode voltar-se aos interesses da sociedade.

A sessão a seguir se propõe a analisar e elencar alguns dos elementos diferenciais que o (tele)jornalismo público deve possuir para que se constitua como opção frente àquele orientado pela lógica de mercado e para que consolide seu compromisso com as questões de interesse público e a promoção da cidadania.

4.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO TELEJORNALISMO PÚBLICO

Conforme apontado no Relatório Final de Avaliação do Telejornalismo da TV Brasil, produzido por alunos da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), sob coordenação da professora Iluska Coutinho, por não se orientarem pelas mesmas premissas, a qualidade dos conteúdos noticiosos das emissoras públicas não pode ser avaliada pelos mesmos critérios associados aos veículos de comunicação privados.

Portanto, para apontar os diversos critérios e perspectivas que devem estar presentes e balizar a prática jornalística nos veículos públicos de comunicação, serão utilizados como base os princípios previstos na lei que dispõe sobre a criação da Empresa Brasil de Comunicação e as diretrizes que constam em seu Manual de Jornalismo.

O referido relatório e o já citado Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas - Uma avaliação contemporânea, elaborado pela EBC em parceria com a Unesco, também orientaram as elucidações que se seguem.

O Relatório é resultado de pesquisas feitas por estudantes do grupo Jornalismo, Imagem e Representação, da Faculdade de Comunicação Social da UFJF. O material apresenta os resultados da avaliação de três programas jornalísticos da TV Brasil: o (Jornal)

Visual e as duas edições diárias do Repórter Brasil. Foram acompanhados os conteúdos veiculados pelos referidos telejornais entre junho de 2010 e agosto de 2011.

As análises, feitas de forma quanti e qualitativa, consideraram aspectos como o espaço e o tempo de fala dados as fontes, a estrutura narrativa dos conteúdos, a distribuição geográfica das produções e a oferta de pontos de vista diferenciados. Esses parâmetros foram definidos com base nas diretrizes e promessas do telejornalismo público no Brasil.

Como já mencionado em capítulo anterior, no relatório Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas - Uma avaliação contemporânea são apresentados quesitos que visam auxiliar no diagnóstico do desempenho dos veículos públicos de radiodifusão. São 188 critérios, divididos em dez eixos: transparência de gestão; diversidade cultural; cobertura geográfica e oferta de plataformas; padrão público (democrático e republicano) do jornalismo; independência; interação com o público; caráter público de financiamento; grau de satisfação da audiência e experimentação e inovação de linguagem e padrões técnicos.

Os autores fornecem exemplos de como esses itens podem ser analisados, salientando que “para cada emissora, à luz de suas circunstâncias, sua missão própria e seu entorno social, cultural, econômico e político, os indicadores podem assumir pesos diferenciados” (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p.11).

Logo, os apontamentos a seguir levam em consideração as características da sociedade brasileira, bem como a história do desenvolvimento da radiodifusão no país, de forma que os aspectos levantados visam abarcar as demandas e necessidades dos cidadãos brasileiros em conformidade com as potencialidades de nosso sistema de comunicação.

Considerando-se o papel essencial da notícia na consolidação da democracia, uma das premissas essenciais ao (tele)jornalismo público a ser salientada é o compromisso com o interesse dos cidadãos. Este último deve ser o principal norteador da atividade jornalística nas emissoras deste campo. Porém é necessário ressaltar que o público não deve ser considerado como consumidor, mas sim como “componente de legitimação de regimes democráticos consolidados” (Rothberg, 2011, p.9), que necessita de informação precisa e verdadeira para exercer efetivamente sua cidadania.

Assim, cabe aos veículos públicos de comunicação fortalecer o diálogo e promover espaços de deliberação e debate de questões de relevância, inserindo os telespectadores e permitindo-lhes que se expressem e se representem.

O telejornalismo público (...) deveria constituir-se em espaço para a veiculação de argumentos, para a ocorrência de diálogos como uma espécie de esfera pública mediatizada, tal como propõe o sociólogo francês Dominique Wolton ao tratar da

televisão como meio de comunicação central nas sociedades contemporâneas. (COUTINHO, 2011, p.9)

Essa inserção deve ser bem observada, de forma que não seja utilizada somente para cumprir com o ritual de objetividade. Ela deve de fato incorporar e permitir a participação dos entrevistados na discussão de temáticas importantes. É preciso, portanto, que os representantes da sociedade civil tenham espaços de fala consideráveis e que suas entrevistas ocupem lugar de protagonismo nos conteúdos noticiosos, evitando que essas participações sejam utilizadas apenas para evidenciar informações antecipadas no texto do repórter ou que os indivíduos figurem somente como exemplos que reforçam determinada situação abordada.

Para que essa prática seja efetiva, também é necessário que a inclusão dos cidadãos garanta a pluralidade de vozes, posicionamentos e opiniões. Evita-se, assim, uma representação homogeneizada e estereotipada da sociedade, respeitando a diversidade de gênero, étnica, regional, cultural e socioeconômica, que é característica da população brasileira.

Além disso, ao promover espaços para a representação dos diversos grupos identitários, o (tele)jornalismo público incorpora as minorias e as instituições e movimentos sociais que as representam, atendendo à demandas não contempladas pelas emissoras privadas.

A diversidade de vozes também tem como princípio garantir a presença do contraditório, incorporando diferentes pontos de vista e olhares sobre temas de relevância. Dessa forma, o equilíbrio e a isenção, preceitos caros ao (tele)jornalismo público, podem ser mantidos, e a abordagem dos fatos pode se dar de forma mais aprofundada.

A perspectiva da pluralidade também deve ser concretizada por meio da inovação nas propostas e nas formas de abordagem, nos formatos narrativos, na escolha das fontes, no tratamento e apresentação da informação e nas maneiras de representação da sociedade, permitindo que os conteúdos avancem para além da superficialidade característica do jornalismo comercial.

No tangente à inovação, é preciso ainda que as emissoras públicas se atentem às novas tecnologias e plataformas. Além de facilitar a prestação dos serviços ao ampliar a universalidade de acesso aos conteúdos e programação destes veículos, elas permitem a oferta de novas opções, como conteúdos interativos e sob demanda, abarcando os diferentes públicos.

A tecnologia permite ainda o desenvolvimento de novas ferramentas inclusivas, de forma que se cumpra outro preceito que orienta a produção da notícia nas emissoras de serviço público: a promoção do acesso dos deficientes aos programas, permitindo-lhes compreender a realidade e participar do debate de questões relevantes.

A diversidade deve se refletir também nas temáticas, principalmente a partir da abordagem de assuntos e agendas não contemplados na mídia comercial. A oferta de materiais deve se diferenciar ainda pela contextualização e aprofundamento dos fatos, promovendo uma melhor compreensão da realidade, da sociedade e de seus sistemas político e econômico. Contribui-se, assim, com a conquista da autonomia pelos indivíduos.

Neste tangente a cobertura política merece especial atenção. As abordagens destes conteúdos devem ser feitas com foco no cidadão:

Quanto à informação jornalística, a emissora pública é um posto avançado daquilo que o cidadão tem direito a perguntar e demandar, não daquilo que o poder gostaria de difundir. O vetor que orienta a existência das emissoras públicas nasce na sociedade, nos direitos de homens e mulheres que são a fonte do poder, e aponta para o Estado e para o governo como quem lhes dirige perguntas. Nessa fórmula, as autoridades são polos passivos, entram em cena quando inquiridos. (BUCCI, 2010, p.5)

Logo, o (tele)jornalismo público deve firmar-se com os compromissos e ideais que perpassam a prática do gênero, colocando-se de fato a serviço da sociedade e constituindo-se como um canal de comunicação entre os cidadãos e o poder, a quem deve fiscalizar. É necessário, então, evitar que a agenda e as fontes governamentais sejam priorizadas e que a dimensão política das notícias seja apagada, problema observado no resultado das pesquisas feitas na UFJF. As temáticas devem ser abordadas de forma a problematizar os aspectos que interferem diretamente na vida da sociedade e no exercício e manutenção da democracia, resguardando a isenção e o equilíbrio.

No que se refere à participação dos cidadãos, ela deve ser estimulada para além do uso dos mesmos como fontes das notícias: as emissoras públicas devem oferecer espaços, ferramentas e oportunidades que possibilitem aos (tele)espectadores participar da produção, veiculação e repercussão dos acontecimentos.

Deve ser dada, ainda, especial atenção à oferta de conteúdos de cunho educativo e cultural, com vistas a contribuir com a formação dos indivíduos. Com relação à cultura, os materiais noticiosos das emissoras públicas devem abarcar manifestações que se encontram sob ameaça de extinção. Dessa forma, além de promover a preservação do patrimônio imaterial brasileiro, o (tele)jornalismo público contribuiria com o fortalecimento dos

sentimentos de pertença e identidade dos brasileiros, aspecto importante a ser observado pelos veículos deste campo.

4.2 TELEJORNALISMO PÚBLICO E INDEPENDÊNCIA

Para que estes e outros preceitos atribuídos ao (tele)jornalismo público ao redor do mundo sejam atendidos e colocados em prática, é necessário a observância de alguns critérios tangentes à administração, gestão e financiamento das emissoras públicas. Alguns deles já foram abordados em capítulos anteriores e serão aqui desdobrados, a fim de que se entenda como podem influenciar nos conteúdos noticiosos - e na programação em geral - das emissoras públicas.

Um dos itens mais importantes a ser destacado diz respeito à autonomia e independência dos veículos públicos de comunicação. De acordo com Bucci, Chiaretti e Fiorini, ela deve ser dar em três âmbitos:

O conceito de independência abrange três áreas que se combinam: a independência financeira, a independência administrativa e a independência editorial. A primeira se realiza na existência de mecanismos legais que assegurem que os recursos públicos serão aportados independentemente da vontade ou do humor dos governos. Por independência administrativa, entende-se a capacidade da emissora de tomar suas decisões executivas autonomamente, sem se subordinar a autoridades externas para a sua gestão cotidiana (aqui, um bom paralelo pode ser encontrado no conceito de autonomia universitária). Por fim, a independência editorial pode ser entendida como uma especialização da independência administrativa. A independência editorial é aquela que garante que a escolha dos programas, das equipes e das pautas jornalísticas são decisões internas, não se reportando, em nenhum momento, à aprovação de autoridades externas (e destaque-se aqui a palavra “autoridades”). (BUCCI;CHIARETTI; FIORINI, 2012,p.30)

A independência dos veículos de radiodifusão públicos está diretamente ligada um fator principal: sua forma de financiamento, cuja importância torna-se ainda maior se considerarmos que dele depende também a sobrevivência destes meios.

Diferentes formas de obtenção de receitas tem sido adotadas pelas tevês públicas ao redor do mundo, tais como o financiamento estatal, verbas publicitárias e outros recursos (como os advindos da venda de programas); taxas pagas por residências que possuem aparelhos de TV (fórmula adotada pela *BBC*, do Reino Unido, e também no Japão) e até mesmo doações voluntárias dos cidadãos (como ocorre com estações locais da norte-americana *PBS*).

No caso brasileiro, a maior parte do financiamento da Empresa Brasil de Comunicação, gestora da TV Brasil, vem de dotações orçamentárias¹⁴ do Governo Federal. Sua lei de criação, no artigo 32, prevê ainda a instituição da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP). O valor seria arrecadado junto às prestadoras de serviços de telecomunicação e radiodifusão, por meio do pagamento de taxas anuais. Deste montante, no mínimo 75% deveria ser repassado à EBC. No entanto, desde 2010, grandes empresas do setor tem recorrido à justiça para contestar a legalidade da contribuição. Como consequência, alguns pagamentos vem sendo feitos em juízo, fazendo com que a Empresa Brasil tenha que aguardar suas respectivas liberações.

Ainda que estejam previstos outros meios de obtenção de verbas - como a distribuição de conteúdos, o licenciamento de marcas e produtos, doações e publicidade institucional (sendo vedado o anúncio de produtos e serviços) - em 2009 a Contribuição correspondeu à segunda maior fonte de arrecadação da Empresa¹⁵. Logo, seu embargo acaba por limitar os investimentos e o desenvolvimento da comunicação pública.

Além disso, a dependência de recursos públicos é apontada por alguns especialistas como um fator de enfraquecimento da missão da comunicação pública, uma vez que deixaria as emissoras mais vulneráveis as ingerências do Estado e/ou dos grupos partidários no poder. Como apontam Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012, p.13), “se for uma extensão dos interesses governamentais, a emissora pública não conseguirá sediar debates que critiquem esse mesmo poder”. Se faz necessário, então, que os funcionários dos veículos deste campo assumam um compromisso de resguardar a comunicação pública, garantindo que o cumprimento de seus princípios e objetivos não seja comprometido por interferências políticas.

Além disso, como mencionado pelos mesmo autores, é necessária a criação de mecanismos que assegurem a constância desses repasses. Somente dessa maneira o financiamento dos veículos públicos será independente da vontade dos governos, da aprovação ou reprovação de determinados programas governamentais e de questões financeiras (como crises econômicas que possam vir a afetar os países).

A relação com o mercado também prejudica a realização dos ideais do (tele)jornalismo público: ao se submeter ao financiamento publicitário, os canais públicos competem por receitas com as emissoras privadas, o que faz com que seus telespectadores

¹⁴ As dotações orçamentárias são verbas previstas nos orçamentos públicos e destinadas a fins específicos.

¹⁵ http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/apresentacao_ccs.pdf

sejam visualizados como audiência. Como consequência, valoriza-se mais os números em detrimento dos conteúdos.

A independência relativa ao mercado publicitário também caracteriza uma “busca por uma autonomia em relação aos formatos, aos tempos, aos breaks e ao estilo, enfim, determinado pela publicidade, que inevitavelmente impregna o andamento de uma emissora” (BUCCI; CHIARETTI; FIORINI, 2012, p.15), garantindo o cumprimento do princípio da inovação, atribuído à radiodifusão pública.

Não há, no entanto, como já mencionado, um modelo perfeito e cuja aplicação seja garantia de “sucesso” em qualquer lugar do mundo. Se no Reino Unido a cobrança de taxas garante maior parte da verba da BBC, sua aplicação em países como o Brasil, onde a tevê adotou um modelo comercial desde sua implantação, não seria bem aceita pelo público. Logo, é preciso que cada país adote fórmulas adequadas à realidade de sua população e à história de sua radiodifusão.

O que deve ser comum, no entanto, é o investimento em ferramentas que permitam à sociedade acompanhar e fiscalizar a aplicação destes recursos: como prestadores de um serviço público, meios indispensáveis ao exercício da democracia e compromissados com a formação dos cidadãos e cujo financiamento tem aporte de recursos públicos, cabe à estes veículos prestar contas às sociedades nas quais estão inseridos.

A transparência da gestão é um dos quesitos considerados no documento elaborado pela Unesco e pela EBC. No tangente à administração dos recursos, a divulgação de balanços regulares, com linguagem acessível ao público; a publicação do orçamento, com identificação da origem e destinação dos recursos e a publicização dos critérios de aplicação das verbas são alguns dos parâmetros apontados na aferição da qualidade da comunicação pública.

Para além do aspecto financeiro, há de se possibilitar a participação dos cidadãos na avaliação dos programas veiculados pelos canais do campo público. Ainda de acordo com o material, o grau de diálogo com a sociedade pode ser verificado pela análise de alguns quesitos, tais como o estímulo à participação dos cidadãos, a forma como o diálogo é conduzido e como as respostas são dadas ao público, a presença das empresas e de seus programas nas redes sociais, e a existência de profissionais responsáveis por receber as manifestações dos (tele)espectadores.

Neste tangente, destaca-se o papel das ouvidorias, órgãos responsáveis por recolher, analisar e encaminhar aos gestores da comunicação pública, os elogios, reclamações, sugestões, comentários e pedidos de informação recebidos da sociedade. Como mediadores no

processo de interlocução entre os cidadãos e a administração das empresas públicas, esses órgãos desempenham um papel essencial na estrutura democrática, uma vez que é a partir de suas indicações que as demandas sociais serão contempladas pelas produções dessas emissoras.

Essa fiscalização também pode ser exercida por órgãos externos às emissoras e ao governo, tal como acontece na Inglaterra. Conforme já mencionado em capítulo anterior, o *Office of Communications (Ofcom)* é o órgão responsável pela radiodifusão e pelas telecomunicações no país. A ele cabe zelar pelos interesses dos cidadãos, promovendo a concorrência e protegendo o público de conteúdos nocivos ou ofensivos.

Também como apontado em sessão anterior, a experiência norte-americana demonstra outra forma de garantir a qualidade de programação e resguardar o atendimento dos interesses da sociedade pelas radiodifusoras do campo público: a criação de leis que gerenciem a comunicação como um todo. Ao impedir o monopólio e a propriedade cruzada dos veículos de comunicação, a *Federal Communications Commission* (Comissão Federal de Comunicações) contribui para a pluralidade de vozes, assegurando que o debate público não seja condicionado e direcionado pelos interesses de alguns poucos grupos.

A criação de órgãos internos às emissoras é também uma importante ferramenta para garantir a participação dos cidadãos na definição das políticas de programação das emissoras públicas. Os já citados Conselhos Curadores da Fundação Padre Anchieta (FPA) e da Empresa Brasil de Comunicação, gestoras da TV Cultura e da TV Brasil, respectivamente, são potencialidades para a prática da gestão participativa.

O Conselho da fundação paulistana é composto por 47 membros, sendo 23 deles eletivos, escolhidos pelo colegiado dentre personalidades ligadas à cultura, educação e outros temas de interesse da sociedade. O órgão também é composto por 20 membros natos (secretários de estado, reitores de universidades e integrantes de associações e entidades das áreas empresarial, da educação, cultura, pesquisa, ciência e literatura), três vitalícios e um representante dos empregados da Fundação.

Embora os membros natos sejam minoritários em relação àqueles escolhidos dentre a sociedade civil, seu peso político faz com que o colegiado submeta-se aos interesses do governo paulista. Dessa forma, ainda que o conselho tenha o poder de eleger o presidente executivo da instituição, essa escolha encontra-se condicionada à influências políticas.

O colegiado da EBC, por sua vez, não tem o poder de eleger os gestores da Empresa, mas conta com mecanismos mais participativos na escolha dos representantes da sociedade. O capítulo a seguir se dedica à compreensão da composição, das atribuições e da

importância deste órgão, cuja manutenção encontra-se ameaçada por Medida Provisória decretada pelo governo de Michel Temer.

5 GESTÃO PARTICIPATIVA DA EBC

Uma das preocupações na criação da Empresa Brasil de Comunicação foi a de estabelecer estruturas que zelassem pela autonomia de seus veículos, bem como pelo cumprimento dos princípios previstos em sua lei. Assim, para impedir que haja ingerência indevida por parte do governo na programação e na gestão da comunicação pública, a Lei 11.652/2008 previu a criação de dois órgãos de apoio à administração da Empresa: a Ouvidoria e o Conselho Curador.

A Ouvidoria é responsável por receber, examinar e encaminhar à diretoria da EBC as manifestações do público, atuando como mediadora entre o cidadão e a direção da empresa. Cabe ainda ao órgão a elaboração de relatórios mensais e anuais baseados na análise e monitoramento dos conteúdos produzidos por todos os seus veículos de comunicação (emissoras de rádio e TV e mídias digitais).

As informações coletadas servem de subsídio para as decisões administrativas. Os dados também ofereciam suporte para as deliberações do Conselho Curador, instância de natureza consultiva e deliberativa que garantia a participação da sociedade civil na gestão da EBC. O colegiado foi destituído em 1º de setembro de 2016, por meio de Medida Provisória (MP) decretada pelo presidente Michel Temer e assinada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, então Presidente da República em exercício. Desde então, o funcionamento do pleno tem ocorrido mais no sentido de publicizar sua atuação, por meio da participação de conselheiros em eventos e debates.

A MP 744 vai de encontro aos princípios que regem a comunicação pública brasileira, principalmente àqueles que visam zelar por sua independência. Ao extinguir o Conselho Curador, retira da EBC sua soberania na definição da produção, programação e distribuição de seus conteúdos, privando a sociedade de participar na construção e no controle das políticas públicas de comunicação.

Em moção de repúdio publicada no site do órgão¹⁶, os membros do Conselho Curador afirmam que a medida “é uma afronta aos princípios constitucionais que estabelecem a comunicação pública como um direito da sociedade brasileira” e fere o princípio de complementação entre os sistemas público, privado e estatal de comunicação, previsto no artigo 223 da Constituição.

¹⁶ <http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/noticias/2016/09/mocao-de-repudio-contra-medida-provisoria-que-desmonta-a-ebc>

Além da vigilância constante para o cumprimento dos princípios que regem a EBC, ao longo dos últimos oito anos, o Conselho Curador foi responsável por demandar a criação de uma faixa de diversidade religiosa na TV Brasil e nas rádios da EBC, orientar a empresa na criação do seu manual de jornalismo, recomendar e cobrar diversidade de gênero, raça, orientação sexual e acessibilidade em todos os conteúdos, defender a cobertura de pautas relacionadas aos direitos humanos, apontar as diretrizes para os planos de trabalho anuais da empresa e promover mais de dez audiências públicas para debater temas diversos como a produção independente e regional. (CONSELHO CURADOR, 2016)

Sem um instrumento que dê voz aos interesses de brasileiros e brasileiras, possibilitando que a diversidade e os anseios da sociedade se reflitam de fato em sua linha editorial e em suas diretrizes, a gestora do principal sistema público de radiodifusão do país fica à mercê do Estado. Deixa então de possuir a principal característica que a faz pública: sua autonomia.

Dada a importância do Conselho Curador e a despeito de sua extinção, as análises deste trabalho tem como base, além dos princípios que regem o jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação, uma recomendação elaborada pelo colegiado acerca da necessidade de equilíbrio na cobertura jornalística dos veículos da EBC.

Como complemento à compreensão das ações do órgão, serão analisadas sua composição, suas atribuições e a reunião que serviu de base para a elaboração do referido documento.

5.1 O CONSELHO CURADOR DA EBC: COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES

O Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação é, de acordo com a lei que instituiu a empresa¹⁷, um órgão de deliberação e consulta, em sua maioria formado por representantes da sociedade civil, que participam da gestão da empresa. Dentre as principais atribuições do pleno destacam-se a responsabilidade por decisões acerca das diretrizes da EBC, com fins de zelar pelo cumprimento dos princípios previstos na Lei nº 11.652/2008; o acompanhamento e a fiscalização da programação dos veículos da empresa, manifestando-se sobre sua aplicação prática e encaminhando as observações à Diretoria Executiva; a aprovação anual do plano de trabalho proposto pela Diretoria de Programação de Conteúdo e a aprovação da linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria de Jornalismo.

O colegiado é composto por 22 membros, a saber:

¹⁷ Uma vez que a MP está em tramitação no Congresso Nacional no momento de finalização desse trabalho, optou-se por manter a descrição da configuração original do Conselho Curador, seus poderes e características.

- quatro representantes do Governo Federal, na figura dos ministros de Estado, indicados pelo Presidente da República para mandatos de dois e quatro anos;
- um representante indicado pela Câmara dos Deputados, cujo mandato tem duração de 4 anos, podendo ser renovado apenas uma única vez;
- um membro indicado pelo Senado Federal, cujo mandato segue a mesma legislação do indicado pela Câmara;
- um representante dos funcionários, com mandato não-renovável de 2 anos; e
- 15 representantes da sociedade civil, indicados pelo Governo Federal após consulta pública conduzida no âmbito do Conselho. O mandato destes representantes possui duração de 4 anos, renovável por uma única vez.

De acordo com a lei de criação da EBC é responsabilidade do Conselho formular as diretrizes e coordenar o processo de consulta pública destinado à escolha dos representantes da sociedade civil. O primeiro procedimento de renovação, realizado em 2010, aconteceu conforme previsto em lei. As entidades interessadas e que se encaixavam nas determinações previstas puderam indicar nomes, que foram posteriormente votados pelo pleno e encaminhados para seleção da Presidência da República.

Em 2012 houve uma segunda consulta, durante a qual o colegiado optou por considerar alguns critérios na escolha dos novos integrantes: buscou-se dar preferência a moradores das regiões Norte e Centro-Oeste do país e a mulheres, indígenas e negros. Foram apresentadas 22 candidaturas, por 50 entidades da sociedade civil, e dez destes nomes foram encaminhados ao Executivo. O processo foi finalizado em 2013, com indicação das conselheiras Rita Freire e Rosane Bertotti.

No mesmo ano, visando aprimorar o processo e torna-lo mais participativo, o Conselho Curador realizou uma audiência pública para que os cidadãos pudessem opinar sobre a escolha de novos membros. Com base nas discussões, foi elaborado um edital de consulta pública que se propôs a garantir a representação de pessoas com deficiência, jovens e indígenas, a equidade de gênero e a reserva de 40% das vagas para negros. Dentre os cinco escolhidos, destaca-se a eleição dos conselheiros Letícia Hushahu Yawanawá, liderança indígena e integrante da Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira; Isaias Dias, militante da causa da pessoa com deficiência, e Enderson Araújo, articulador de movimentos sociais ligados à juventude negra.

Seguindo os mesmos moldes, em janeiro de 2016 foi promovida uma audiência pública para debater parâmetros para a escolha dos substitutos de cinco conselheiros cujos mandatos se encerrariam em fevereiro. Representantes de movimentos sociais presentes no

evento cobraram maior protagonismo das entidades civis na escolha de novos membros do Conselho Curador. A alegação foi que o filtro posterior aplicado pelo colegiado às indicações da sociedade às vezes resultava na escolha de pessoas que obtiveram menos votos na etapa consultiva.

Como solução, propôs-se a criação de um Colégio Eleitoral. Esse regime de escolha permitiria às organizações participantes conhecer outras propostas e votar em candidatos que não somente os indicados por elas, passando à sociedade a decisão final dos nomes a serem submetidos à escolha da Presidência da República.

Durante o mês de fevereiro a sociedade pôde continuar enviando contribuições por meio de *e-mails* e telefonemas. Com base nessas contribuições - e em outras, propostas em audiências e consultas anteriores - foi elaborado o edital para a submissão de candidaturas ao Conselho Curador. Os parâmetros foram aprovados em abril durante reunião ordinária do órgão e o documento completo foi divulgado em junho.

Manteve-se a atribuição do Conselho de definir os nomes a serem indicados ao Executivo e adotou-se novos critérios com fins de garantir a diversidade na composição do pleno. Dentre outros parâmetros, definiu-se a seleção de uma pessoa ligada a temas da infância e adolescência, uma pessoa ligada à causa LGBT e uma pessoa ligada a questões ambientais ou do campo. Prezou-se ainda a manutenção do equilíbrio na representação das regiões brasileiras. Ressalta-se aqui que o processo de envio das candidaturas ainda encontrava-se aberto quando foi decretada a MP 744, que acabou por interromper a escolha dos novos integrantes do Conselho.

5.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO COLEGIADO

O Regimento Interno do Conselho Curador da EBC prevê a realização de algumas atividades, dentre elas as já citadas audiências públicas, que foram essenciais ao aprimoramento dos processos consultivos nas eleições de seus novos membros. De acordo com a legislação, esses eventos devem ser realizados no mínimo uma vez a cada semestre, em diferentes regiões do país.

Foram 11 audiências públicas promovidas desde que o pleno iniciou suas atividades. Além de permitirem ao público dar sugestões sobre os processos decisórios do Conselho, possibilitaram a inclusão da sociedade civil no debate sobre o papel da TV pública no país, sobre a grade de programação e a cobertura eleitoral dos/pelos veículos da EBC,

sobre aspectos como a autonomia e a diversidade no sistema público de comunicação, dentre outros temas.

A participação popular é mediada por regras, definidas e divulgadas em editais que antecedem à realização das audiências. De maneira geral, os interessados em participar tem que se inscrever via e-mail, no corpo do qual devem indicar se gostariam de se manifestar. O número de intervenções é limitado, assim como o tempo de fala de cada interveniente.

Muitos destes encontros resultaram na definição de diretrizes, repassadas depois aos setores competentes. Destaca-se a audiência pública realizada em maio de 2014 na cidade de São Paulo para debater a cobertura das eleições municipais pelos veículos da EBC. Somadas às recomendações dos conselheiros, as contribuições colhidas na ocasião foram encaminhadas à diretoria da empresa e balizaram a criação de um manual com instruções a seu setor de jornalismo.

Apesar de previstas em lei apenas no que diz respeito à escolha de novos membros do colegiado, as consultas públicas também reforçaram o papel da sociedade nas decisões acerca da comunicação pública brasileira. Além de ser consultado para a indicação de novos membros, o público pôde contribuir para a definição de novos parâmetros na composição do colegiado e se manifestar sobre a programação religiosa das emissoras de rádio e TV geridas pela EBC (o tema foi tratado em consulta pública promovida no segundo semestre de 2010, motivada por um dos grupos de trabalho do próprio Conselho. A finalidade foi recolher contribuições sobre a política de produção e distribuição de conteúdos de cunho religioso pelos veículos da Empresa).

Em 2012 o Conselho Curador da EBC criou mais um espaço para ampliar o diálogo com a sociedade: o Roteiro de Debates. Os encontros são abertos a funcionários da Empresa e ao público em geral. O objetivo é aprimorar a formação e os conhecimentos dos conselheiros sobre temáticas que fazem parte do cotidiano da comunicação pública e fortalecer o debate entre o órgão, a EBC e a sociedade.

Além dos integrantes do pleno e funcionários de diferentes setores da empresa, as mesas de debates são compostas por convidados externos à mesma, como professores universitários, pesquisadores e jornalistas de outros veículos de comunicação. Ao longo desses quatro anos, foram realizadas seis edições do evento, abordando temas como o jornalismo da EBC, os direitos humanos na programação da Empresa e os indicadores para a comunicação pública.

O Conselho promoveu ainda seminários. Destaca-se o realizado em agosto de 2015 para fazer um balanço dos oito anos da EBC e discutir com a sociedade o modelo institucional da empresa e a participação social em sua gestão. Participaram do evento, intitulado ‘Modelo Institucional da EBC: balanço e perspectivas’, representantes de movimentos sociais e entidades civis, produtores de conteúdo, acadêmicos, parlamentares, diretores e funcionários da empresa, dentre outros.

Foram abordados temas como a autonomia da Empresa Brasil de Comunicação em relação ao Governo Federal, seus modelos de financiamento e produção de conteúdo e sua gestão participativa. Ao final, um documento sistematizou as propostas e discussões realizadas e resultou em diretrizes que viriam a auxiliar os trabalhos do colegiado.

Outro importante mecanismo de trabalho do Conselho Curador da EBC são as Câmaras Temáticas, unidades de trabalho organizadas por temas e compostas por membros do órgão. Cabe aos próprios conselheiros a definição das temáticas, da composição e dos métodos de trabalho de cada um desses grupos.

A última estrutura foi definida em resolução de 2014 e é composta por três Câmaras Temáticas: Jornalismo e Plataforma, com seis membros e visando discutir o jornalismo da empresa; Programação e Plataformas, com seis integrantes, cujo objetivo é discutir todos os produtos não jornalísticos da EBC; e Planejamento e Processos Produtivos, formada por quatro conselheiros e que tem como mote os processos produtivos e as estratégias políticas ligadas à EBC e à Comunicação Pública.

Às Câmaras cabe a avaliação dos conteúdos produzidos e ofertados pela radiodifusão e agências da Empresa, avaliação da linha editorial e a indicação de diretrizes, relacionadas à sua área de trabalho, para discussões no âmbito do colegiado.

A principal atividade do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação são as reuniões, que possuem caráter ordinário ou extraordinário. De acordo com o Regimento Interno do pleno, as primeiras devem ocorrer, no mínimo, a cada dois meses. Os encontros extraordinários, por sua vez, podem ser convocados sempre que se julgar necessário.

As reuniões, abertas ao público, são o principal espaço de discussão, deliberação e tomada de decisões pelo Conselho. Com apoio dos relatórios da Ouvidora, dos resultados dos trabalhos das Câmaras Temáticas e de audiências e consultas públicas, debate-se sobre a programação dos veículos geridos pela EBC, problematizando questões relativas à seus princípios e diretrizes e tomando as decisões necessárias à manutenção e ao aprimoramento destes.

Conforme previsto em Regimento Interno, as deliberações tomadas pelo Conselho podem ser formalizadas em diferentes atos, resultado da apreciação dos temas pelo pleno. Assim, o órgão procede à elaboração de:

- **resoluções**, resultantes de deliberações acerca de competências específicas do Conselho e a aspectos de sua organização interna;

- **recomendações**, quando se trata da necessidade da tomada de providência pela EBC no tangente à matéria específica abordada por Câmara Temática ou Conselheiro;

- **pareceres**, relacionados ao posicionamento de Câmara Temática, solicitado pelo pleno, acerca de matéria relevante para os trabalhos do órgão ou decisões sobre solicitações específicas encaminhadas pelo Diretor-Presidente da EBC; e

- **moções de apoio ou reprovação**, cujo objetivo é manifestar a opinião do órgão sobre determinado assunto, em especial àqueles relacionados à comunicação pública.

Todos esses documentos estão disponíveis no site do Conselho Curador. Em 2012 as reuniões passaram a ser transmitidas ao vivo pela internet e todos os seus vídeos, a partir de sua 41ª edição ordinária, estão disponíveis em um canal no *Youtube*¹⁸. No canal também são encontrados vídeos das audiências públicas, dos roteiros de debate e de outras atividades promovidas pelo colegiado.

5.3 EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO DA EBC: ANÁLISE DE REUNIÃO DO CONSELHO

Para uma compreensão mais profunda do funcionamento das reuniões do Conselho Curador, principalmente no tangente à participação dos representantes da sociedade civil nas discussões, analisar-se-á o conteúdo de sua 61ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de abril de 2016. A escolha dessa edição se deve ao fato de que, durante a mesma, foram discutidos pontos importantes sobre a cobertura do *impeachment* pelos veículos da EBC e aprovada a elaboração de uma recomendação acerca da necessidade de equilíbrio nessa cobertura.

A Recomendação Nº 03/2016 (Apêndice A), elaborada logo após a votação do impedimento da presidenta Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados, serviu de base para o recorte da análise do presente trabalho: foram analisadas as semanas anterior e posterior à

¹⁸ <https://www.youtube.com/channel/UCytsWvWSBG35rej9GuH-AbQ>

reunião, com fins de investigar em que medida os apontamentos feitos durante a mesma e na referida recomendação se refletiram na cobertura do processo pelos veículos da EBC.

Para a análise da reunião, foram consultados os vídeos disponíveis no canal do colegiado no *Youtube*. O material está dividido em três partes: a primeira delas com duração de uma hora e 31 minutos, a segunda com uma hora e 24 minutos e a última parte com duração de uma hora e 23 minutos. A ata e as notas taquigráficas do encontro também foram utilizadas como material de apoio e consulta.

A reunião foi dividida em duas sessões, com definição dos assuntos a serem tratados em cada uma delas. Em um primeiro momento, que se estendeu por aproximadamente três horas, alguns conselheiros fizeram relatos de reuniões realizadas entre as Câmaras Temáticas e setores da Empresa Brasil de Comunicação. Também foi feito um relato da Ouvidoria com dados sobre a cobertura política pelos veículos da Empresa e abriu-se então espaço para as deliberações dos conselheiros.

A segunda parte da reunião, que durou pouco mais de uma hora e 20 minutos, foi reservada para a análise e aprovação do edital de Consulta Pública para a escolha dos novos representantes da sociedade civil, para informes das Câmaras Temáticas e da Empresa e também para os encaminhamentos e a definição do calendário do Conselho.

Doze dos quinze representantes da sociedade civil, compareceram à reunião: os conselheiros Ana Maria Veloso, Enderson Araújo, Isaias Dias, Ima Célia Guimarães, Joelzito Almeida, Letícia Yawanawá (que na ocasião passa a ser chamada por seu nome indígena, Matsa), Mario Jakobskind, Paulo Derengoski, Rita Freire (presidenta), Rosane Bertotti, Takashi Tome e Venício Artur de Lima.

Também estiveram presentes a representante dos trabalhadores da EBC Akemi Nitahara; Evelin Maciel (vice-presidenta), representante do Congresso Nacional; Ana Luiza Fleck, representando o Senado Federal; a representante do Ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República Juliana Agatte; Pola Ribeiro, representando o Ministro da Cultura; Pedro Varoni, Diretor-Geral da EBC; o diretor de Jornalismo da Empresa, Ricardo Melo; a diretora de Produção Myriam Porto e o Ouvidor-Adjunto da EBC Tiago Nunes.

A presente análise vai se ater à primeira sessão da reunião, uma vez que nela é abordada a cobertura política pelos veículos da EBC e aspectos que serviram de base para a elaboração da Recomendação de Equilíbrio. A segunda parte da reunião, por sua vez, dedicou-se quase que exclusivamente à aprovação das diretrizes e à construção do texto do

edital de consulta pública para escolha de cinco novos representantes da sociedade civil, e portanto não dialoga diretamente com o foco desse estudo.

Ressalta-se aqui que serão destacados apenas os pontos considerados mais relevantes para uma análise da efetivação da participação popular na gestão da Empresa Brasil de Comunicação, bem como os pontos críticos apontados acerca da cobertura do processo de *impeachment* pelos veículos da empresa.

Em um primeiro momento cabe destacar a significativa participação dos representantes da sociedade civil no debate das questões apresentadas. De um total de 19 intervenientes que se manifestaram na primeira parte da reunião, incluindo a diretora do colegiado Rita Freire, 15 são conselheiros ou representantes dos mesmos (no caso dos ministros da Cultura e da Secretaria de Comunicação da Presidência da República). Deste total, 11 eram representantes da sociedade civil, o que significa que dos 12 ali presentes, apenas um não se manifestou nessa primeira sessão (a saber, a conselheira Ima Célia Guimarães).

Um aspecto importante a ser observado é a pluralidade encontrada entre os conselheiros que representam a sociedade civil e que se faz presente em aspectos como a etnia, a regionalidade e as causas defendidas. A respeito deste último, ressalta-se a possibilidade dada pelo colegiado para que seus integrantes deem visibilidade à questões relacionadas aos grupos e movimentos sociais aos quais pertencem.

Nesse tangente, destacamos a homenagem prestada por Rita Freire à Letícia Yawanawá pelo Dia Nacional do Índio, data coincidente com a de realização da reunião. A presidenta do colegiado informa que a partir daquele dia Letícia passaria a ser reconhecida por seu nome indígena, Matsa Yawanawá, e já solicita a alteração nos documentos do Conselho. Em seguida, passa a palavra à conselheira.

Em sua fala, Matsa dá a entender que o nome Letícia foi adotado apenas por uma questão legal e explica que ser reconhecida por todos por seu nome indígena lhe daria a chance de alterar seus documentos. Trata-se, portanto, do exercício do princípio de respeito à cidadania - um dos fundamentos de ação da EBC e que, por conseguinte, guia também as ações de seus órgãos -, uma vez que sugere-se a existência de restrições legais para a utilização dos nomes recebidos pelos índios em suas línguas nativas.

Mais adiante, Matsa chama a atenção para a ausência de cobertura midiática de manifestações de povos indígenas e de movimentos feministas. Recomenda ainda que seja feita a divulgação de uma audiência pública a ser realizada com mulheres indígenas em Brasília nos dias seguintes à reunião.

Também se destacam as reivindicações apresentadas pelos conselheiros Isaias Dias, Enderson Araújo e Ana Veloso. Isaias, que é cadeirante e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, faz uma crítica à ausência de mecanismos de inclusão no jornalismo da TV Brasil. Usando como exemplo uma reportagem da emissora sobre o ensino de LIBRAS a oficiais da Polícia Militar em Brasília, durante a qual não se fez uso da linguagem citada, ressalta a exclusão de parte considerável da população no debate do momento vivido pelo país em decorrência da ausência de mecanismos inclusivos como o ali mencionado.

Enderson Araújo é integrante de movimentos sociais da juventude negra. Em sua fala cobra mais espaço nos veículos da EBC para a participação dos jovens nos debates, possibilitando aos mesmos fazer uma leitura crítica do momento vivido pelo Brasil. Aponta ainda para uma carência na presença de moradores de favelas - cujos discurso e tipo de abordagem destaca serem diferentes - na cobertura política, o que os desestimularia a assistir à TV Brasil.

A conselheira Ana Veloso aponta para uma questão levantada na reunião com a equipe de jornalismo da EBC e que já havia sido discutida em outras sessões do Conselho: o equilíbrio na presença das mulheres nas bancadas dos programas. Para além de Tereza Cruvinel - comentarista política cuja presença é frequente nos programas da EBC - afirma ser preciso abrir espaço para outras mulheres, atuantes em movimentos feministas, indígenas, de trabalhadoras rurais, dentre outros.

De acordo com o Regimento Interno do Conselho Curador, entre os fundamentos de ação da EBC a serem zelados pelo colegiado, encontram-se os princípios da liberdade de manifestação do pensamento e de expressão, e do pluralismo de ideias, sem discriminação. Como já apontado, essas diretrizes que balizam as ações da Empresa também devem ser aplicadas a seus órgãos.

Durante a análise da 61ª Reunião Ordinária do colegiado, observa-se a manifestação de diferentes posicionamentos, especialmente os relacionados à política. Em suas falas, muitos dos conselheiros imprimem suas opiniões, alguns de forma implícita, outros de forma explícita. Os posicionamentos implícitos se refletem, principalmente, nas colocações acerca da cobertura política feita pelos veículos da EBC e em resposta à questões levantadas pela representante dos trabalhadores Akemi Nitahara e pelo ouvidor-adjunto Tiago Nunes.

De modo geral, observou-se que o ambiente foi propício ao debate, atividade que é inerente às ações do Conselho. Naturalmente, houve momentos em que falas se entremearam, o que é comum nesse tipo de atividade. No entanto, cabe aqui destacar dois

momentos nos quais, ao reagirem à colocações feitas pelos colegas, alguns conselheiros acabaram por iniciar conversas paralelas, desrespeitando o momento de fala e a posição político-editorial assumida dos/pelos intervenientes.

Um desses momentos se deu quando a conselheira Akemi relata a utilização de roupas vermelhas por apresentadores da TV Brasil durante a cobertura da votação do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados. Ela ressalta que não se trata de não poder utilizar tal cor, mas que naquele momento em específico seu uso possuía um simbolismo muito forte. Nessa hora, alguns companheiros do colegiado rebatem suas colocações, interferindo em sua fala e iniciando uma conversa paralela que leva a presidenta Rita Freire a solicitar que Akemi seja ouvida.

O mesmo acontece quando o ouvidor-adjunto Tiago Nunes chama atenção para o uso inadequado do termo “ilegal” pelo boletim Notícia Agora ao se referir à divulgação de uma conversa entre Lula e Dilma Rousseff, gravada por meio de grampo telefônico que teria sido judicialmente autorizado na interceptação de mensagens do ex-presidente. De acordo com o ouvidor, o uso do termo foi indevido, tendo em vista que quando os fatos foram veiculados não havia certeza entre os juristas acerca da ilegalidade do ato. Alguns conselheiros que discordam de seu argumento interrompem sua fala para expor suas opiniões.

Cabe aqui destacar que tais interrupções parecem ter se dado mais em conta das opiniões pessoais daqueles que interromperam as falas, uma vez que tanto Akemi como Tiago buscaram analisar tais questões no tangente ao jornalismo da EBC e seus princípios, tais como o equilíbrio e a busca pela precisão e clareza dos fatos.

Outra atitude observada e que também demonstra um desrespeito à fala dos colegas é a utilização de celulares e outros dispositivos móveis durante a reunião. Ainda que se considere que os conselheiros desenvolvem atividades fora daquela instância, com as quais tem um compromisso, tais ações podem ser vistas por quem acompanha e participa das reuniões como falta de zelo e comprometimento.

Por fim, é fundamental destacar algumas das colocações apresentadas pela representante dos funcionários Akemi Nitahara sobre a reunião realizada com os trabalhadores da EBC e as levantadas no Relatório da Ouvidoria, apresentadas pelo ouvidor-adjunto Tiago Nunes. São essas análises - a realizada em reuniões com setores da empresa e pela Ouvidoria, muitas delas baseadas em sugestões recebidas do público - que permitem ao Conselho Curador identificar as falhas e os problemas a serem corrigidos para que a proposta de comunicação pública da Empresa Brasil de Comunicação se torne mais efetiva e se aproxime cada vez mais de seu ideal.

Akemi apresenta questões importantes que refletem preocupações dos trabalhadores da Empresa. Segundo a conselheira, alguns de seus colegas teriam demonstrado que a cobertura política estaria sendo tendenciosa e desequilibrada, principalmente na tevê.

Um dos pontos apresentados foi a já citada utilização de roupas vermelhas por apresentadores da TV Brasil em transmissão no dia da votação do *impeachment* pela Câmara. Nesse tangente é importante ressaltar que o capítulo seis do Manual de Jornalismo da EBC, que versa sobre a Ética, orienta os jornalistas da empresa a evitarem o alinhamento, velado ou explícito, com qualquer um dos lados envolvidos nas questões que estejam cobrindo. Além disso, em suas instruções para a cobertura política, o documento prevê que a mesma deve ser apartidária, justa, autônoma e equilibrada.

Akemi também informa que foi feito um levantamento do tempo de cobertura das manifestações, sendo constatado um desequilíbrio muito grande. De acordo com os dados, em um mesmo período (que não foi informado por ela em sua fala), manifestações pró-*impeachment* teriam tido duas horas e 33 minutos de cobertura, ao passo que as contrárias ao processo teriam tido 12 horas e 20 minutos de espaço na programação da TV Brasil.

Tal atitude vai de encontro ao princípio de equidade proposto no Manual de Jornalismo da EBC, que defende a busca pelo equilíbrio. Este se daria no cuidado em ouvir e apurar os aspectos importantes da notícia e se refletiria não apenas no ouvir as partes envolvidas, mas no considerar e inserir com fidelidade suas manifestações.

Outro problema apontado por Akemi diz respeito a cortes na programação para a transmissão de atos ao vivo. A conselheira destaca que em um desses cortes a cobertura de um ato se restringiu à veiculação de imagens, sem a presença de repórteres ou comentaristas fazendo análises da situação.

Um dos princípios da Empresa Brasil é a oferta de informação qualificada e contextualizada, contribuindo para o desenvolvimento da consciência crítica do cidadão. Ao simplesmente veicular imagens de tal manifestação, sem dar nenhum suporte jornalístico à cobertura, a TV Brasil fere uma das principais diretrizes da comunicação pública, uma vez que a compreensão dos fatos é essencial para que os indivíduos garantam sua autonomia.

Ainda de acordo com Akemi, a transmissão de processos importantes chegou a ser cortada: no dia em que a Câmara votava a admissibilidade do processo de *impeachment*, o acompanhamento ao vivo do pleno foi interrompido e passou-se a transmitir um ato a favor de Dilma realizado por artistas no Rio de Janeiro.

Akemi finaliza sua fala afirmando concordar que o outro lado deve ser mostrado, mas que um desses lados estaria sendo bastante mais mostrado que o outro. Diz ainda haver

certo equilíbrio no jornal, mas nas bancadas e transmissões ao vivo os tempos e comentários estariam sendo desproporcionais.

Na sequência à fala da representante dos trabalhadores, a presidenta Rita Freire passou a palavra ao ouvidor-adjunto Tiago Nunes, que procedeu a apresentação de algumas das questões analisadas no Relatório da Ouvidoria do mês de março.

Uma das questões apresentadas foi o já citado uso do termo “ilegal” no boletim Notícia Agora para se referir à divulgação de conversas entre Lula e Dilma. Cabe aqui ressaltar que ainda que posteriormente a divulgação do grampo tenha sido de fato classificada como ilegal, no momento em que a notícia foi divulgada não havia nenhuma decisão de órgãos do Judiciário ou um entendimento definitivo entre juristas sobre a legalidade da ação.

Procedeu-se, assim, a um julgamento antecipado, ferindo as orientações previstas no Manual de Jornalismo da EBC para a cobertura das ações do Poder Judiciário. Dentre outros aspectos, e conforme já apontado no capítulo sobre telejornalismo público, o guia ressalta a necessidade de cuidado para que não sejam realizados pré-julgamentos de questões *sub judice* (questões que ainda estão em análise pela Justiça).

Além disso, em suas orientações para a prática jornalística pelos veículos da EBC, o manual também prevê a busca pela precisão e objetividade, o rigor com a exatidão dos dados e a obtenção, o processamento e a veiculação de informação exata, conferida, clara e contextualizada.

Um dos erros mais graves apontados pelo relatório foi a utilização, fora de contexto, de uma frase do juiz Sergio Moro: no dia 16 de março, em matéria do Repórter Brasil Noite que mostra a transcrição do telefonema entre Dilma e Lula grampeado pela justiça, trecho do despacho no qual o magistrado justifica o grampo é usado fora de contexto. Segue-se parte do relatório:

A matéria afirmou: “no despacho que autoriza a interceptação telefônica do ex-presidente Lula, o juiz federal Sérgio Moro destaca que ‘cumpre aqui ressaltar que não há nenhum indício nos diálogos ou fora deles de que estes citados teriam de fato procedido de forma inapropriada e, em alguns casos, sequer há informação se a intenção em influenciar ou obter intervenção chegou a ser efetivada’”. Da forma como o texto foi editado, o que está sendo dito é que o juiz Sérgio Moro teria afirmado que não há, nas conversas entre Dilma e Lula, qualquer indício de conduta inapropriada. No entanto, a afirmação do juiz refere-se às autoridades do Ministério Público e da magistratura que, supostamente, poderiam ter sido procuradas por membros do governo com a intenção de influenciar na operação Lava Jato. O que, aliás, refere-se ao diálogo grampeado em telefonema do ex-presidente Lula com o ministro Jacques Wagner. (OUVIDORIA DA EBC, 2016, p. 11).

Tal ação fere os princípios éticos do jornalismo, que preveem a divulgação de informação precisa e correta, cuja produção e divulgação devem se pautar pela veracidade dos fatos. Também vai de encontro a diretrizes previstas no Manual da empresa, tais como o compromisso com a verdade, a busca pela precisão e clareza e o respeito aos fatos. Na medida em que se vale da manipulação da informação para que esta seja utilizada em contexto que não condiz com aquele que é verdadeiro, a matéria se configura como um desrespeito ao público, não cumprindo a missão da comunicação pública de contribuir com o desenvolvimento crítico do cidadão por meio da oferta de informação qualificada e contextualizada.

A Ouvidoria procedeu ainda à análise da cobertura de várias manifestações ocorridas no país. No dia 13 de março, enquanto o Deputado Jair Bolsonaro fazia um discurso em um carro de som, mostrava-se imagens de crianças brincando no gramado da Esplanada dos Ministérios. Tiago argumenta que tal ato demonstraria uma preferência em se veicular fatos sem relevância em detrimento de questões que afetam diretamente a sociedade. Mais uma vez, ferem-se alguns dos princípios que regem a comunicação pública.

Sobre a cobertura de ato realizado na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, em São Paulo, o ouvidor ressalta que o início da mesma se deu quando o auditório ainda estava sendo preparado. Sem desmerecer a validade da transmissão, afirma que o modo como foi feita acaba por desmobilizar a audiência. Ele também destaca que no dia 18 de março, durante um plantão que mostrava imagens ao vivo de Brasília, um dos comentaristas foi flagrado tirando uma *selfie* no estúdio. Ressalta que tal postura demonstra falta de zelo e cuidado na transmissão ao vivo.

Os erros acima apontados representam uma falta de compromisso com a qualidade da informação, prevista no item Práticas jornalísticas - Referenciais e procedimentos, do Manual de Jornalismo da EBC. De acordo com o documento, a busca pela qualidade é um exercício de respeito com o cidadão e argumento de conquista da audiência.

O Relatório da Ouvidoria também traz elogios à iniciativas bem sucedidas dos veículos da EBC. Tiago Nunes destaca a qualidade de um especial feito pela Agência Brasil sobre os dois anos da Operação Lava-Jato, com disponibilização de uma linha do tempo com conteúdos sobre as diferentes fases da operação.

Destaca-se ainda a qualidade do episódio O Brasil nas ruas, do programa Caminhos da Reportagem, que fez uma importante discussão sobre a polarização política do país, dando voz à pessoas e segmentos de todos os lados. O bom trabalho feito pela equipe do programa nessa edição também foi lembrado pelo conselheiro Venício Lima, cuja única

ressalva é acerca da discussão sobre a atuação da mídia, abordagem que acredita não ter sido tão crítica e aprofundada quanto ele defende.

O papel da comunicação pública na cobertura do momento político vivido pelo Brasil também foi ressaltado por alguns conselheiros. Pola Ribeiro, representante do Ministro da Cultura, lembra que no encontro anterior já havia sido destacada a necessidade de a TV Brasil ir para as ruas, aproveitar esse momento no qual a sociedade estaria pautando a comunicação. Nesse sentido, Pola ressalta o crescente reconhecimento da TV Brasil, manifestado especialmente na internet. Essa constatação é corroborada pelo conselheiro Joelzito Araújo, que manifesta sua satisfação por constatar um aumento da presença dos conteúdos produzidos pela emissora nas redes sociais.

A presidenta do conselho Rita Freire, ao iniciar a reunião, já havia ressaltado a relevância da atuação da EBC no cenário vivido pelo país:

(...) esta é uma sessão do conselho extremamente preocupada com o papel que a EBC tem que cumprir nesse processo. Um papel que seja condizente com a necessidade e o direito da sociedade brasileira de ter informação para enfrentar o debate deste momento com a consciência do que nós estamos enfrentando no campo político, no campo da manutenção do regime democrático, do estado de direito, no campo da manutenção da justiça e, especialmente no campo da expressão de todos os setores, especialmente dos que não têm voz, mas de todas as ideias que estão em circulação na sociedade, elas têm que ser apresentadas, confrontadas e qualificadas. (CONSELHO CURADOR, 2016, p. 05)

Sobre o papel do jornalismo público, o conselheiro Joelzito defende a adoção de uma postura diferente daquela adotada pela grande mídia, caracterizada pela polarização, lembrando que há quem seja contrário ao *impeachment* mas não seja acrítico ao governo Dilma:

Eu acho que esse tem sido um erro que nós temos que buscar a abandonar, pois tem um enorme, e as mídias sociais são um atestado disso, pensamento crítico circulando nas ruas do Brasil que neste momento apoia a continuidade do governo da Dilma; é contra o impeachment, mas não é necessariamente, como eu diria, ele não é acrítico, uma das coisas que está sempre presente nas ruas é: “Olha, nós achamos que a Dilma está governando de forma equivocada etc e tal, mas ela tem que ficar”. (CONSELHO CURADOR, 2016, p. 35)

Ao final da primeira sessão, a presidenta Rita Freire procede, então, à aprovação das propostas de encaminhamento, lembrando que algumas delas não foram feitas durante aquela sessão, mas nas reuniões com os setores da empresa. Destacam-se a Recomendação de Equilíbrio, que deu origem ao documento que serve de base à análise do presente trabalho; a cobrança, junto ao Ministro da SECOM, por uma decisão rápida de quem iria ocupar a

diretoria da Empresa¹⁹; e a cobrança de uma solução para compromisso previsto em acordo coletivo de trabalho que define que 70% dos cargos de confiança sejam ocupados por trabalhadores da “casa”. A conselheira acredita que esses profissionais tem compromisso com o projeto da comunicação pública e auxiliariam na defesa de sua manutenção em caso de mudanças na gestão da empresa.

A (citada) importância do papel da comunicação pública na cobertura do referido momento político e os problemas apontados na reunião analisada, foram fatores determinantes para o recorte empírico da presente investigação. Assim, um dos objetivos foi justamente analisar em que medida as sugestões feitas durante o encontro e na Recomendação N° 03/2016 se refletiram na cobertura do *impeachment* pela edição noturna do Repórter Brasil. O capítulo a seguir se dedica a apresentação dos métodos de pesquisa utilizados e à análise dos resultados obtidos.

¹⁹ A representante do Ministro, Juliana Agatte, esclarece posteriormente que há um empenho para que a decisão seja tomada antes do desfecho do processo de *impeachment* no Senado.

6 AVALIAÇÃO DA COBERTURA DO PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF NO REPÓRTER BRASIL NOITE

Com base na já citada importância da televisão no acesso à informação e na formação crítica e educativa dos brasileiros, em especial o papel das emissoras públicas, das quais se espera a oferta de um material diferenciado e mais completo do que aquele oferecido pelos veículos de cunho comercial, buscou-se analisar como se deu a cobertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff pelo principal noticiário da TV Brasil, o Repórter Brasil - RB Noite.

O estudo possui dois objetivos principais: o primeiro deles é verificar se a gestão participativa da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), gestora do canal, tem se dado de forma efetiva. Para tanto, analisaram-se em que medida os tópicos abordados na 61ª Reunião Ordinária do Conselho Curador e na recomendação ali aprovada foram incorporados ao telejornalismo da TV Brasil.

O segundo objetivo é verificar como os noticiários da emissora tem introduzido os princípios atribuídos à comunicação pública pela lei de criação de EBC e as diretrizes previstas em seu manual de jornalismo. Assim, a análise contemplou todos os materiais relacionados ao processo de *impeachment*, veiculados em duas semanas completas do RB, abrangendo conteúdos relativos à sua tramitação nos órgãos do Legislativo e sua repercussão na sociedade.

6.1 MATERIALIDADE AUDIOVISUAL E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: SOBRE O MÉTODO

O método de pesquisa adotado para a presente investigação foi a Análise da Materialidade Audiovisual, metodologia que vem sendo desenvolvida no âmbito das pesquisas realizadas no Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais (CNPq-UFJF), do qual a autora faz parte. Conforme aponta Coutinho (2016, p.10), esse sistema de investigação tem como “objeto de avaliação a unidade texto + som + imagem + tempo + edição” dos produtos audiovisuais.

Acredita-se que as interpretações de edições de programas jornalísticos ou de parte deles, de uma cobertura particular ou de séries de produtos de jornalismo audiovisual, em uma eventual perspectiva comparativa, não devem realizar operações de decomposição/ leitura, que descaracterizariam a forma de enunciação/ produção de sentido do telejornalismo. (COUTINHO, 2016, p. 10)

Assim, de acordo com a proposta, os procedimentos metodológicos envolveriam diferentes etapas. A primeira delas se destinaria à identificação do objeto empírico e à definição de critérios de avaliação. Estes últimos deveriam levar em conta aspectos como as questões colocadas na investigação, o referencial teórico de pesquisa, os elementos paratextuais que acompanham os produtos (no caso do telejornalismo, a cabeça e vinheta são alguns exemplos) e a proposta dos materiais analisados (tais como as promessas de determinado noticiário).

Elabora-se, então, uma ficha de análise, composta pelos itens definidos, que vão subsidiar avaliações quanti e qualitativas dos conteúdos. Antes de partir para a próxima etapa, que consiste na definição do recorte do objeto empírico, efetua-se um teste de aplicação dos critérios determinados. Definida a amostra, parte-se para a obtenção/armazenamento destes materiais. Por fim, realiza-se a etapa final do processo, que consiste na análise propriamente dita.

Para o presente estudo, o recorte das edições do Repórter Brasil Noite a serem investigadas foi feito com base na data de realização da 61ª Reunião do Conselho Curador da EBC: dia 19 de abril de 2016. A escolha da mesma como referência na definição do período de análise se deu em vista da importância dos aspectos nela abordados acerca da cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff pelos veículos da Empresa, dentre os quais figura a TV Brasil, e da aprovação da Recomendação nº 03/2016 (Apêndice A) que “dispõe sobre a necessidade de equilíbrio na cobertura jornalística dos veículos da EBC e cumprimento do Manual de Jornalismo da Empresa” (CONSELHO CURADOR, 2016, p. 01).²⁰

Dentre as recomendações feitas no documento, destacam-se:

- a realização de reuniões de pauta periódicas e reuniões para que a chefia e os trabalhadores discutam a cobertura do *impeachment*;
 - a promoção do equilíbrio de opiniões nas entrevistas em estúdio;
 - a problematização do processo em curso, a partir de argumentos governistas e oposicionistas;
 - a realização de audiência públicas para receber contribuições da sociedade,
- e

²⁰ Ainda que o documento tenha sido datado de 26 de abril, sua elaboração foi aprovada durante a realização de reunião ordinária do Conselho Curador, no dia 19. Logo, essa última foi escolhida como data parâmetro das análises, tendo em vista também a importância dos tópicos abordados pelos conselheiros durante o encontro.

- a produção de conteúdos que contextualizem o processo e aspectos políticos e históricos.

A partir das diretrizes estabelecidas no documento e de outras previstas no Manual de Jornalismo da EBC e na Lei 11.652/2008, montou-se um roteiro de análise (Anexo A), que foi aplicado a cada um dos conteúdos analisados. Foram levantados dados quanti e qualitativos, que viabilizaram uma comparação entre as produções antecedentes e posteriores à data de realização da reunião.

Para avaliar em que medida o jornalismo da emissora acata e coloca em prática os apontamentos feitos pelo Conselho Curador, refletindo com que grau a gestão participativa dos veículos da EBC se manifesta, foram avaliados quesitos mais específicos, relativos à cobertura do *impeachment*. Dentre outros tópicos, levantou-se o tempo de fala dado à pessoas contrárias e a favor do impedimento, a presença de movimentos e grupos sociais e seus respectivos posicionamentos e o direcionamento das matérias (se neutros ou mais voltados à ações contrárias ou favoráveis ao processo).

Também foram avaliadas questões mais gerais, com objetivo de diagnosticar como as produções jornalísticas da emissora tem incorporado alguns dos princípios atribuídos à comunicação pública, tais como a contextualização dos fatos, a pluralidade de vozes, a inovação nas narrativas e formatos, e a inserção do público nas notícias e na discussão dos acontecimentos.

Para tanto, analisou-se os conteúdos exibidos nas semanas anterior e posterior ao encontro do colegiado, correspondentes aos períodos de 11 à 16 e 25 à 30 de abril. Para as avaliações, foram utilizados os vídeos disponíveis no site do Repórter Brasil. Ressalta-se aqui a ausência dos materiais exibidos no dia 27 de abril e um dos conteúdos da edição do dia 13, que, portanto, não integram a análise. No total, foram assistidas 82 matérias, correspondentes à 169 minutos e 19 segundos de telejornal.²¹

É importante destacar que a ordem em que os vídeos se encontram no site não necessariamente corresponde àquela em que foram exibidos na televisão. Portanto, não foi possível avaliar aspectos como a ordem de inserção dos materiais no telejornal ou mesmo quais conteúdos antecedem e procedem uns aos outros (o que permitiria, por exemplo, analisar a hierarquia e o grau de importância dado a cada um deles).

²¹ Essa contagem foi feita considerando o tempo total das matérias, o que inclui as cabeças (introduções feitas pelos âncoras) e notas pé (informações acrescentadas pelos apresentadores, em estúdio, após a exibição dos VTs).

6.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na primeira semana, foram analisados 55 conteúdos do Repórter Brasil Noite, que somaram 121 minutos e 30 segundos. A segunda semana, por sua vez, teve 23 matérias relacionadas ao *impeachment* de Dilma Rousseff, equivalentes à 47 minutos e 49 segundos de exibição. A discrepância entre o número de materiais pode ser atribuída a dois fatores principais: a já citada ausência dos vídeos da edição de 27 de abril e ao fato de que a primeira semana analisada antecedeu à votação do processo na Câmara dos Deputados, o que pode ter contribuído para um maior volume de fatos a serem noticiados.

Para uma melhor compreensão, a apresentação dos resultados será feita por tópicos. Em um primeiro momento, serão avaliados os quesitos equilíbrio e imparcialidade. Na sequência, será analisada a presença do governo e dos partidos. Por fim, apresentar-se-á os dados obtidos na análise da efetivação dos compromissos atribuídos ao telejornalismo público.

6.2.1 Equilíbrio e imparcialidade

No Manual de Jornalismo da EBC (2013, p.53), em tópico relativo à cobertura política e dos poderes instituídos, pontua-se que

a EBC é uma empresa pública comprometida com o cidadão brasileiro e com a promoção da cidadania, não com partidos ou coalizões políticas que ocupam o poder ou fazem oposição a esses. Nas disputas eleitorais, a cobertura da EBC será equilibrada e justa, tendo em conta a importância dos fatos e a relevância dos personagens.

Foi a preocupação com esse equilíbrio que pautou a reunião do Conselho Curador apresentada no capítulo anterior e guiou as diretrizes apontadas na Recomendação aprovada pelo órgão. Assim, o presente estudo buscou analisar alguns quesitos que a autora acredita serem importantes no diagnóstico do cumprimento deste item.

A partir da análise dos aspectos pluralidade de vozes e imparcialidade política, os conteúdos assistidos foram classificados, de acordo com os vieses predominantes, em neutros²², a favor do *impeachment* ou contrários ao *impeachment*. Em pluralidade de vozes,

²² Compreende-se que a neutralidade absoluta é um fator que não pode ser alcançado, uma vez que todo o processo de produção da notícia é perpassado pela subjetividade dos responsáveis por sua elaboração. No entanto, foram aqui considerados neutros os conteúdos que apresentaram pluralidade de vozes, representando os diferentes pontos de vista e aspectos do processo de *impeachment*, e cujas abordagens se mostraram imparciais.

buscou-se analisar se as matérias incorporaram as visões de indivíduos contrários e a favor do impedimento e se essas inserções se deram de maneira equilibrada em termos de tempo e relevância dos conteúdos. A vertente imparcialidade política, por sua vez, considerou o direcionamento dos materiais, levando em conta a representação e abordagem acerca dos “personagens” envolvidos no processo e de sua repercussão na sociedade.

Dos 55 vídeos assistidos na primeira semana, 23 foram considerados neutros, 31 apresentaram um viés contrário ao *impeachment* e apenas um teve uma orientação favorável ao processo. Em termos de tempo, isso corresponde a, respectivamente, 49 minutos e 23 segundos, 69 minutos e 12 segundos e 2 minutos e 55 segundos (Gráfico 01).

Na segunda semana analisada (Gráfico 02), nove dos 23 materiais apresentaram-se neutros, o equivalente à 25 minutos e 31 segundos. Visões contrárias ao *impeachment* prevaleceram em 13 dos conteúdos e somaram 20 minutos e 45 segundos. Em uma matéria, de um minuto e 33 segundos, predominou uma abordagem favorável ao impedimento.

A despeito das diferenças no volume de notícias e no tempo total entre uma semana e outra, observa-se uma mudança importante em relação à predominância dos conteúdos: se na semana que antecede a reunião do Conselho Curador os materiais contrários ao *impeachment* corresponderam à maioria do tempo total analisado (cerca de 41%), na semana seguinte à discussão e aprovação da recomendação de equilíbrio os conteúdos neutros prevaleceram (ainda que em número menor, equivalem à 53% da soma dos tempos de todas as matérias).

No entanto, apesar de o tempo total demonstrar um maior equilíbrio na cobertura realizada na semana posterior às discussões do Conselho, a análise do tempo destinado às fontes²³ (Gráfico 04) aponta que indivíduos contrários ao impedimento tiveram um pouco mais de espaço de fala. Eles ocuparam cerca de 10 minutos do tempo total destinado às fontes na referida semana, contra aproximadamente quatro minutos de pessoas a favor do *impeachment* e pouco mais de nove minutos correspondentes a posicionamentos considerados neutros.

²³ Ressalta-se que, para essa soma, também foram consideradas fontes que participaram de forma indireta - como aquelas cujos posicionamentos foram representados por meio de notas - e o tempo de fala dos comentaristas entrevistados em estúdio.

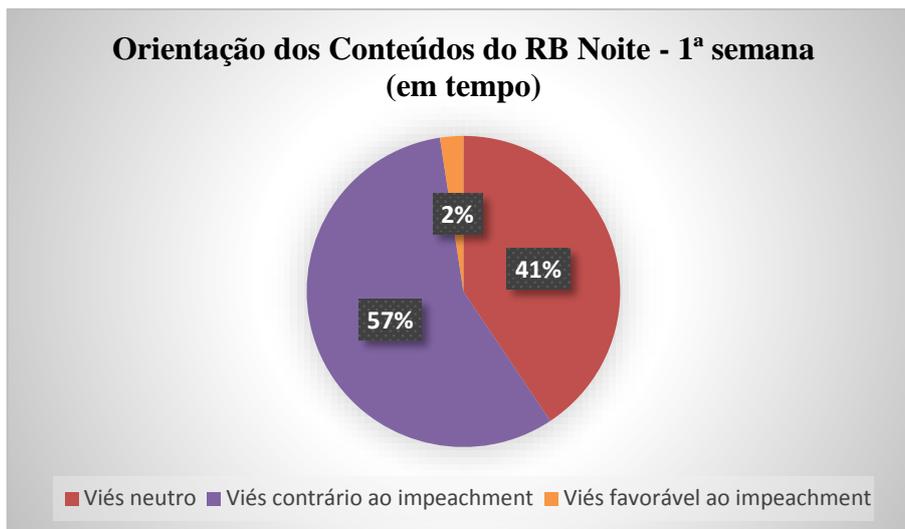


Gráfico 01: Vieses predominantes na 1ª semana por tempo ocupado

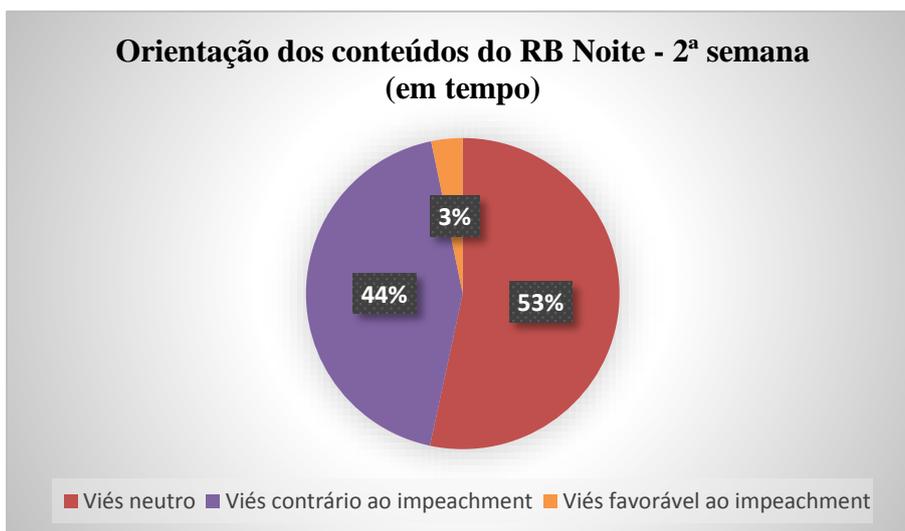


Gráfico 02: Vieses predominantes na 2ª semana por tempo ocupado

Na primeira semana avaliada essa diferença foi ainda maior (Gráfico 3): fontes com posicionamentos contrários ao impedimento tiveram quase 34 minutos de fala, ao passo que as favoráveis tiveram cerca de oito. Pessoas com posicionamentos neutros ocuparam aproximadamente 18 minutos do total dedicado as fontes e corresponderam, em sua maioria, à comentaristas entrevistados em estúdio.

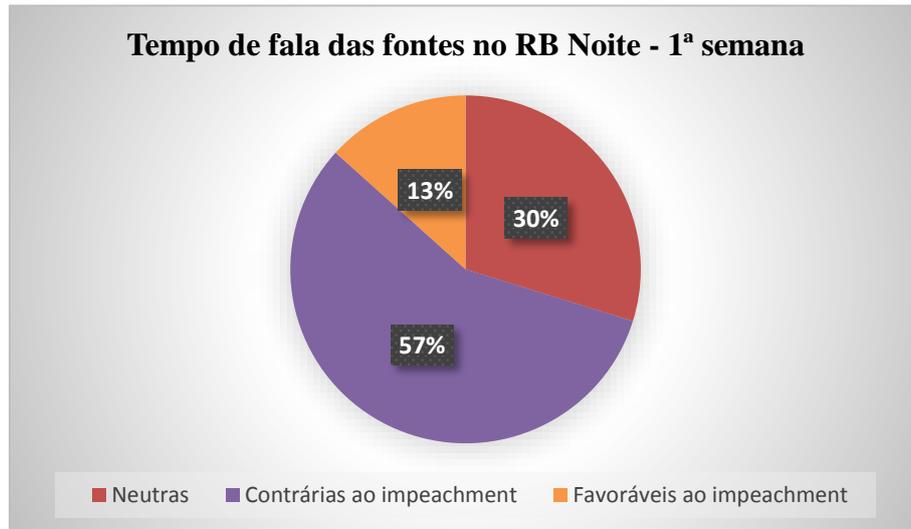


Gráfico 03: Tempo de fala das fontes na 1ª semana

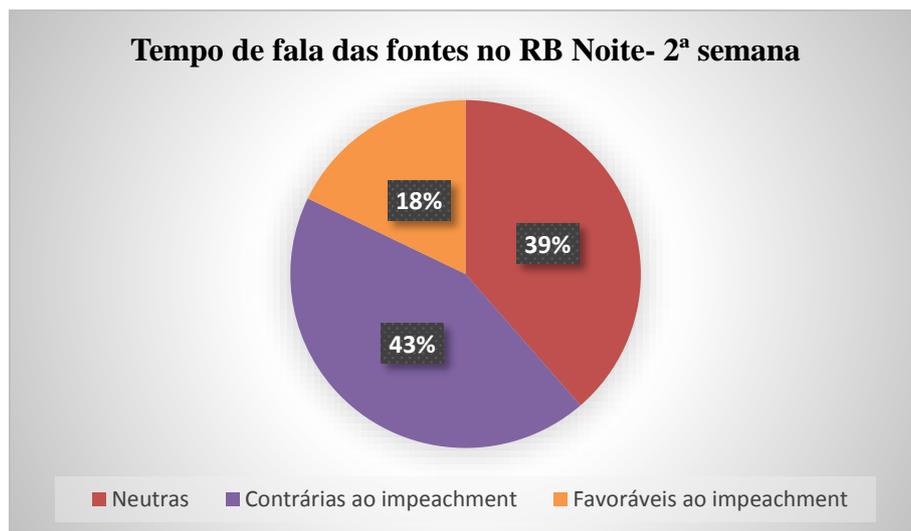


Gráfico 04: Tempo de fala das fontes na 2ª semana

É importante salientar que a classificação das falas foi feita de acordo com o posicionamento dos entrevistados em cada situação, bem como do contexto narrativo em que foram inseridas. Assim, por exemplo, um conteúdo exibido no dia 16 de abril foi apresentado com a seguinte cabeça: “No Rio de Janeiro, o antigo prédio do DOPS, centro de repressão da Ditadura Militar, recebeu hoje uma manifestação contra o *impeachment*”. No entanto, a despeito do que foi apresentado pelo âncora, o ato não é abordado no texto do repórter: a narrativa é voltada para as atividades realizadas no edifício durante o regime e à proposta de utilização do imóvel para abrigar um centro de memória às vítimas da repressão. A referência ao ato só se dá por meio de algumas imagens. Logo, por não apresentarem qualquer relação direta com o *impeachment*, a fala de duas militantes entrevistadas foram consideradas neutras.

A matéria, no entanto, em decorrência do destaque dado pelo âncora à manifestação, o que sugere um posicionamento editorial do noticiário, foi contabilizada como contrária ao impedimento.

Ainda no tangente às fontes, também foram considerados os espaços de fala dados a dois dos principais atores políticos do processo: Dilma Rousseff e Michel Temer. Dilma aparece como fonte em sete conteúdos, três na primeira semana e quatro na segunda, somando pouco mais de oito minutos de fala. Temer, por sua vez, apareceu como fonte em três conteúdos exibidos durante a primeira semana, o equivalente a um minuto e 41 segundos.

Observa-se, portanto, mais uma vez, um desequilíbrio, aqui percebido no que refere-se ao tempo e ao espaço de fala dado a cada um. Salienta-se que esse contexto foi comum às duas semanas, não havendo mudanças na semana posterior à discussão do Conselho. Ainda que em termos numéricos a diferença possa parecer pequena, a análise de como se deram essas participações e dos contextos em que foram utilizadas, demonstram que as implicações da ausência de equilíbrio foram significativas.

No que diz respeito às falas de Michel Temer, ressalta-se que um dos conteúdos contabilizados corresponde à uma nota coberta na qual foram lidas mensagens postadas em seu *Twitter*. Veiculado no dia 16 de abril, o material teve duração de 37 segundos. Nas postagens, Temer se defende de acusações de que, caso assumisse a presidência, acabaria com as conquistas sociais.

Assim, além de suas falas ocuparem menos de um quarto do tempo destinado aos posicionamentos da presidenta, uma delas se deu de forma indireta, contribuindo com a desigualdade dos referidos espaços de manifestação. Destaca-se, ainda, que ao se valer de tal artifício, o noticiário perdeu uma oportunidade de questionar o político sobre essas e outras questões relevantes, não apenas relacionados a um possível governo sob sua administração, mas também à condução do processo de *impeachment*.

A veiculação de falas de Dilma Rousseff também demanda algumas considerações. Em primeiro lugar, salienta-se que suas participações não se deram em resposta à abordagens dos jornalistas do RB, ou seja, em gravações exclusivas da TV Brasil: cinco delas correspondem a falas realizadas durante eventos, outro conteúdo contempla imagens de uma entrevista concedida por Dilma à rede de tevê americana *CNN* (*Cable News Network*), e o último material apresenta imagens de um vídeo divulgado nas redes sociais e no qual Dilma faz críticas ao *impeachment* (aparentemente, trata-se de um material produzido pela assessoria da presidenta, contemplando um posicionamento oficial sobre o processo).

Assim, observou-se que algumas cerimônias governamentais - como a entrega de casas do Programa Minha Casa, Minha Vida em Salvador (26 de abril) e a renovação do programa Mais Médicos (29 de abril) - foram utilizadas como pretexto para a veiculação de discursos nos quais Dilma Rousseff se defende e faz críticas ao impedimento.

Destaca-se o tempo dado a algumas destas manifestações. Em matéria sobre um encontro de Dilma com representantes de movimentos sociais, exibida no dia 12, foram veiculadas duas falas da presidenta. A primeira tem duração de um minuto e 33 segundos e a segunda dura 33 segundos. Esses discursos ocuparam pouco mais de dois minutos de um VT com tempo total de dois minutos e 58 segundos. No dia 16, acompanhado apenas da cabeça apresentada pelo âncora do jornal, sem nenhuma outra contextualização, foram exibidos quase três minutos do vídeo divulgado em redes sociais, já referido acima. Salienta-se que o tempo médio de fala das fontes na primeira semana foi de aproximadamente 37 segundos e a duração média das matérias se deu em torno de dois minutos e 12 segundos.

Outro fator que merece ser abordado com relação a estes discursos é a utilização de imagens feitas pela NBR - a “TV do Governo Federal”, como apontado em seu próprio slogan - sem atribuição devida dos créditos. Ainda que os conteúdos apresentem as marcas d’água do canal, não há legendas identificando a procedência das imagens. Considerando-se que a Empresa Brasil de Comunicação também gerencia a emissora governamental, por meio de contrato de prestação de serviços, tal fato pode levantar questionamentos e acarretar dúvidas com relação ao grau de autonomia da TV Brasil.

A ausência desses créditos também foi identificada em outros conteúdos: ao todo, foram dez ao longo das duas semanas analisadas. O mesmo problema também foi observado na utilização de imagens da TV Senado e da TV Câmara: as primeiras aparecem em cinco matérias e as segundas, em seis, sendo que apenas em uma delas foi feito uso de legendas para identificar suas origens.

Outro aspecto observado é que, durante alguns dos discursos de Dilma, foram feitas pausas nas imagens para mostrar os aplausos e palavras de ordem gritadas pelo público. Após críticas feitas pela presidenta a Eduardo Cunha, na já citada cerimônia de entrega de casas em Salvador, é mostrado parte do público gritando “Fora, Cunha!”. Antes, na mesma matéria, Dilma havia recebido um abraço simbólico de integrantes do coletivo Mulheres Baianas pela Democracia, que a receberam ao som de “Fica, querida!”.

Dessa forma, atenta-se para o fato de que as abordagens desses conteúdos deram destaque as recepções calorosas e à aprovação do público aos discursos de Dilma. A

orientação dos materiais voltados ao apoio recebido por Temer, por sua vez, se deu de forma mais “objetiva” e/ou distanciada, sem um engajamento político claramente percebido.

Ainda no tangente a manifestações da sociedade, foi analisada a presença de grupos e movimentos sociais contrários e a favor da saída de Dilma Rousseff (Gráfico 05). A contagem considerou não somente entidades e organizações “formalizadas”, mas todos os grupos de cidadãos representados nas matérias, ainda que sem uma identificação/nome ou organização formal. Considerou-se a presença de movimentos por conteúdo, independentemente de quantos apareceram em cada material. Nos conteúdos com mais de um grupo representado, foi analisado se pelo menos um deles teve direito à fala.

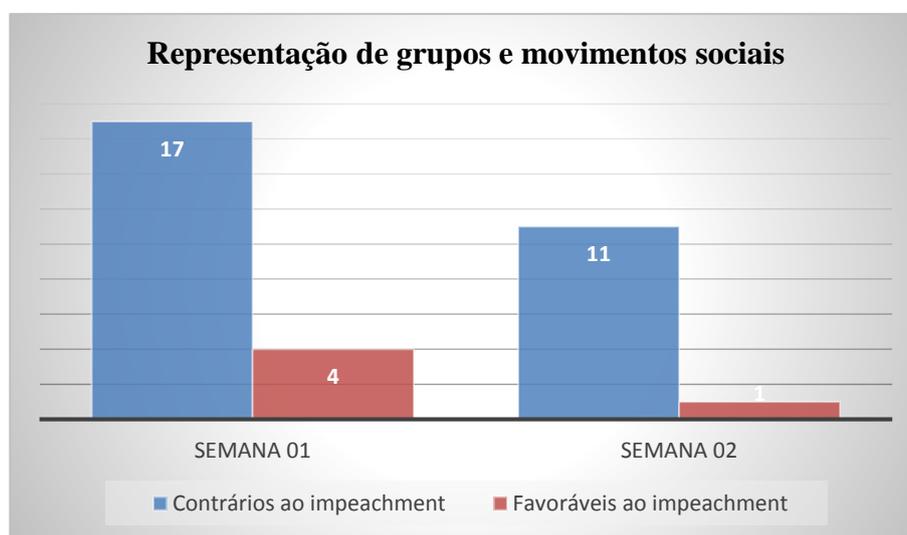


Gráfico 05: Presença de grupos e movimentos sociais por conteúdo

Esses movimentos estiveram presentes em 21 dos 55 materiais da primeira semana. Foram 17 aparições de grupos contrários ao *impeachment*, sendo que em 11 dos materiais eles tiveram voz, e quatro representações de grupos a favor da saída de Dilma, com direito à fala em todas as vezes. Na segunda semana, esses grupos foram representados em 12 conteúdos, dos quais 11 contemplaram contrários ao impedimento e apenas um contemplou movimentos à favor. Este último teve direito à voz e os primeiros foram ouvidos em seis dos 11 materiais. Nota-se, portanto, um desequilíbrio considerável e que se mantém nas duas semanas.

Dentre as entidades organizadas, destaca-se a presença do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores, contrárias ao impedimento. Elas estiveram presentes em nove dos conteúdos analisados nas duas semanas.

Na sequência, se encontra a União Nacional dos Estudantes, representada em quatro matérias. Essas organizações também estiveram presentes em mais dois conteúdos, de forma indireta, por meio da Frente Brasil Sem Medo. Coalização criada em 2015, no contexto da votação do *impeachment*, a Frente reúne movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e personalidades, que em suas apresentações assumem como sua bandeira principal a defesa da democracia.

Dentre os grupos organizados que defenderam a saída de Dilma Rousseff, destacam-se a Resistência Popular, a Força Sindical e o Movimento Vem pra Rua, com uma representação cada. Este último foi um dos principais atuantes na organização de atos a favor do impedimento. De acordo com informações disponíveis em seu site²⁴, o movimento foi criado no final de 2014 a partir da organização de setores da sociedade civil que se mobilizaram contra as situações econômica, política e social do país.

Além da representação de movimentos sociais, investigou-se também a cobertura de atos contra e a favor ao *impeachment*. A partir dos resultados, foi possível observar que os primeiros tiveram mais espaço nas edições do Repórter Brasil Noite: na primeira semana, foram cobertas 12 manifestações contrárias ao impedimento e apenas uma a favor. Na semana de 25 à 30 de abril, foram exibidos sete atos contra e dois favoráveis à saída de Dilma Rousseff.²⁵

Em termos numéricos, verifica-se uma menor diferença na cobertura da segunda semana. No entanto, ao mesmo tempo em que essa possa ser atribuída às recomendações feitas pelo Conselho Curador, também pode ser decorrente do fato de que, após a votação do processo na Câmara dos Deputados, os atos e manifestações se deram em menor escala.

No concernente às abordagens, observou-se que algumas delas não foram imparciais, exaltando o caráter festivo das manifestações contrárias ao *impeachment* e relacionando-as com a luta pela democracia. Cita-se, como exemplo, a cobertura de um ato realizado por blocos de Carnaval em São Paulo, veiculada na edição de 16 de abril, durante a qual a diversão e a diversidade do público presente ganharam mais destaque que as pautas do movimento.

A associação desses atos com a luta pela democracia, por sua vez, é pertinente, tendo em vista que defendia-se ali a condução do processo de *impeachment* com respeito à legislação vigente, e não de acordo com interesses político-partidários, como acabou sendo

²⁴ <http://www.vempraru.net/sobre-nos/>

²⁵ A contagem não incluiu os conteúdos em que foram mostradas manifestações a favor e contrárias ao *impeachment*, garantindo o equilíbrio.

conduzido. No entanto, somado ao fato de que essas manifestações tiveram mais espaço que as que defendiam a saída de Dilma Rousseff, as abordagens adotadas pelo jornalismo da TV Brasil podem ter contribuído para desqualificar essas últimas e suas causas.

É preciso deixar claro que o que se questiona aqui, ao serem apontados todos esses pontos relativos à cobertura dos discursos de Dilma e dos atos a favor de sua permanência, é a ausência de equilíbrio, já apontada na reunião e no documento do Conselho Curador. Ainda que a perspectiva do contraponto seja atribuída às emissoras públicas, a adoção de uma postura semelhante àquela dos veículos comerciais não corresponde ao que se espera do telejornalismo feito por elas.

Mais do que abordar fatos não contemplados pelos veículos orientados pela lógica mercadológica e de dar voz à grupos que não encontram espaço nestes meios, cabe ao jornalismo público promover o debate entre as diferentes visões, ofertando aos cidadãos as informações necessárias para que ele seja capaz de fazer suas escolhas. Assim, ainda que se esperasse do Repórter Brasil o preenchimento da lacuna deixada pelas grandes emissoras de tevê ao privilegiarem as visões e os atores favoráveis ao *impeachment*, o noticiário deveria ter investido mais em discussões que contemplassem as diversas visões do processo, contribuindo, inclusive, para que se quebrasse o paradigma propagado e pelo qual o país foi mostrado dividido em apenas dois lados, ignorando-se a complexidade real da situação.

6.2.2 Presença do governo e dos partidos

Além das já citadas - e analisadas - participações de Dilma Rousseff e Michel Temer, o governo também esteve presente na figura de ministros e do Advogado Geral da União José Eduardo Cardozo. Eles aparecem como fonte em, respectivamente, seis e cinco matérias ao longo das duas semanas analisadas. Todas essas inserções se deram de forma neutra.

Também foi feito um levantamento da presença dos partidos. A contagem considerou as aparições por edição, independentemente de quantas vezes cada partido foi mostrado em determinado conteúdo. Para a soma, foram consideradas as referências feitas à esses grupos em notas, VTs e entrevistas em estúdio, bem como a presença de políticos a eles filiados como fontes nas matérias, quando devidamente identificados.

Na primeira semana, o PT e o PMDB foram os partidos que mais apareceram: estiveram presentes, respectivamente, em sete e seis materiais. PC do B, DEM e PP participaram de quatro conteúdos; PSD, PSOL e PSB, de três e PSDB, PR e PTB, de dois.

Com presença em apenas um material, se encontram SD, PDT, PDN, PHS, PSL, PROS e Rede.

Nas edições da segunda semana analisada, o PT e o PSDB foram os partidos mais presentes, estando, respectivamente, em sete e seis dos 23 conteúdos analisados. Na sequência figuram o PMDB, com quatro aparições; o PC do B e o PSD com duas, e PSB, DEM, Rede e PPS com apenas uma participação cada.

Observa-se que, na primeira semana, que antecedeu a votação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, os partidos mais citados foram justamente aqueles aos quais são filiados os principais atores dessa etapa do processo: o PT, de Dilma Rousseff, e o PMDB, de Michel Temer e Eduardo Cunha. O mesmo acontece na semana de 25 de abril, quando o processo começou a tramitar no Senado Federal: o PT, de Dilma, e o PSDB, de Antônio Anastasia, que foi o relator da comissão na casa, foram os partidos mais presentes.

De forma geral, as abordagens relativas aos partidos foram neutras: a maioria dos conteúdos se voltou ao posicionamento de cada um deles e de seus filiados na votação do impedimento, principalmente durante sua tramitação na Câmara.

Dentre as poucas exceções, cita-se nota exibida no dia 15 de abril e que versa sobre a repercussão do processo de *impeachment* na imprensa internacional. O conteúdo destaca trechos de matérias publicadas em portais de grandes veículos da América Latina, dos Estados Unidos e da Europa. Em um desses materiais, veiculado pela Revista Forbes, afirma-se que o PMDB é um dos partidos mais corruptos do Brasil e que Michel Temer governará o país à revelia. Ainda que com citação da fonte, a seleção do material a ser veiculado implica em uma escolha editorial que não pode ser desconsiderada.

6.2.3 Dos preceitos atribuídos à comunicação pública

Como já mencionado na introdução deste capítulo, o presente estudo também se propôs a analisar se, e de que forma, o Repórter Brasil Noite colocou em prática algumas das diretrizes atribuídas ao jornalismo público e já apontadas em capítulos anteriores. Para tanto, a ficha de análise da pesquisa contemplou outras questões além daquelas voltadas especificamente à cobertura do *impeachment*. Essas, por sua vez, também serviram de base para o presente diagnóstico.

Por se tratar de uma análise mais geral, na qual, diferentemente da proposta anterior, não se visa analisar as repercussões das ações do Conselho Curador na cobertura do

impedimento, serão apresentados os dados quantitativos correspondentes às duas semanas acompanhadas.

Uma das primeiras questões investigadas foi a pluralidade de vozes, que para essa avaliação, em específico, considerou aspectos como a inserção dos cidadãos nas narrativas e a participação do público na discussão e repercussão dos fatos. O primeiro levantamento voltou-se à classificação das fontes e ao tempo de fala dado a cada grupo (Gráfico 06).

As fontes foram divididas em: **figuras públicas**, enquadrando políticos, ministros, juízes e outros cargos dos poderes, e cantores, atores, escritores e outras figuras conhecidas dos meios artístico e cultural; **populares**, que inclui cidadãos e representantes de movimentos e organizações da sociedade civil; **comentaristas**, referente aos entrevistados em estúdio; **instituições e movimentos sociais**, que engloba entidades de diversos segmentos da sociedade (quando representados por meio de notas), e **especialistas**, correspondente aos entrevistados com *expertise* em determinadas áreas de conhecimento.

No total, o Repórter Brasil recorreu à 162 fontes, cuja soma dos tempos de fala correspondeu a aproximadamente 83 minutos. Dessas, 107 se encaixam na classificação de figuras públicas, com tempo total de manifestação de cerca de 47 minutos. Outras 40 correspondem à populares e tiveram quase oito minutos de fala.

Os comentaristas aparecem em 10 conteúdos e suas falas somam pouco mais que 27 minutos. As instituições e movimentos, cujas manifestações se deram em forma de notas, estão presentes em quatro materiais e com um tempo de cerca de um minuto. O especialista foi consultado em apenas um conteúdo e teve 19 segundos de fala.

Os populares também participaram por meio do Pergunta do Dia, quadro exibido diariamente ao final de cada bloco do Repórter Brasil Noite, no qual são realizadas enquetes acerca de temas da atualidade. Em duas das edições, nos dias 15 e 16 de abril, as perguntas foram relativas à situação política do Brasil: na primeira, perguntou-se aos telespectadores como eles acompanhavam a movimentação política no país; na outra, eles foram questionados se sentem bem informados sobre essa situação. No entanto, por não se referirem diretamente ao processo de *impeachment* e por apresentarem, majoritariamente, as manifestações recebidas via redes sociais, os tempos de fala dos entrevistados no quadro não foram contabilizados na soma acima.

Observa-se, portanto, que os minutos ocupados pelos populares foi bem inferior àquele destinado a figuras públicas (que, em sua maioria, correspondem a políticos) e ao dedicado aos comentaristas em estúdio. Esse desequilíbrio demonstra que o jornalismo da TV Brasil não conseguiu inserir a sociedade, de forma efetiva, na discussão do *impeachment*.

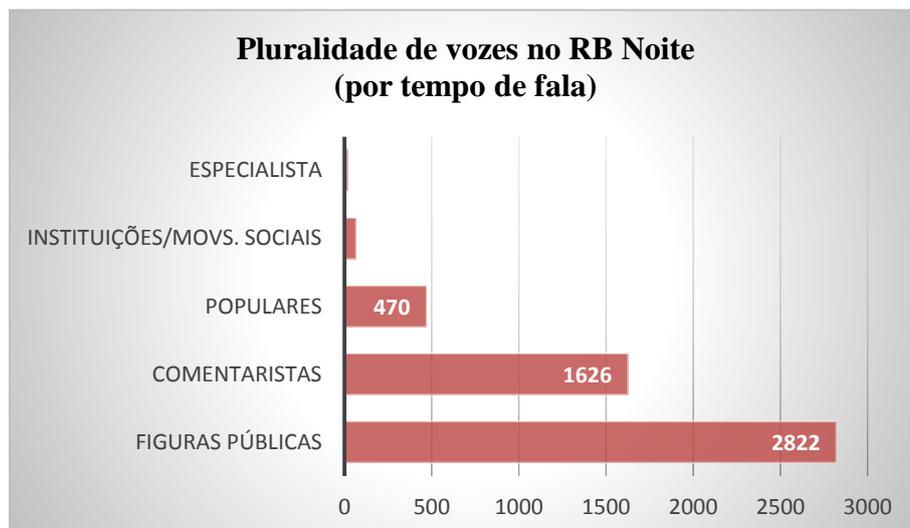


Gráfico 06: As vozes no RB Noite por tempo de fala (em segundos)

A restrição da diversidade também pode ser observada pela análise dos locais de produção, aqui considerados para os VTs e notas cobertas. Salienta-se que algumas matérias foram produzidos em mais de um lugar. Logo, contabilizou-se aqui quantas vezes cada cidade apareceu ao longo das duas semanas investigadas.

Brasília foi sede das produções por 38 vezes, seguida por Rio de Janeiro e São Paulo, com, respectivamente, nove e oito inserções. Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Bahia, Cuiabá, Fortaleza, Belo Horizonte, Viçosa e São Luís aparecem uma vez cada, representadas em notas cobertas sobre manifestações e atos realizados contra o impedimento.

Foi analisado ainda se as matérias apresentavam a contextualização e se a mesma se deu de forma qualificada, a ponto de contribuir com a formação crítica dos cidadãos. Constatou-se que a maioria dos conteúdos apresentou o contexto dos fatos, destacando-se os materiais relativos à tramitação do processo no Legislativo e as entrevistas com comentaristas em estúdio.

Um exemplo é o vídeo exibido em 16 de abril sobre a aprovação, na Câmara dos Deputados, do relatório que recomendava a continuidade do processo de *impeachment*. O VT tem como fontes autoridades contrárias e a favor do impedimento, permitindo ao telespectador conhecer argumentos apresentados pelos dois grupos. Em *stand up* feito na sequência, o repórter explica quais são os próximos passos da votação e quantos votos são necessários para que o processo siga para o Senado, a quem, como explica, cabia a decisão final sobre o impedimento.

As intervenções dos comentaristas políticos também foram importantes ferramentas de contextualização e aprofundamento dos fatos. Em entrevista no dia 28, Tereza

Cruvinel esclarece alguns pontos relativos à convocação de novas eleições, apontando aspectos que seriam necessários à sua viabilidade. A entrevista vem complementar uma matéria exibida anteriormente e que fala sobre uma proposta de antecipação das eleições, apresentada por alguns senadores.

No entanto, em alguns desses conteúdos observou-se a adoção de posicionamentos por parte dos âncoras e dos entrevistados, bem como o direcionamento de perguntas feitas. No dia 16 de abril, há algumas horas antes da votação do processo na Câmara dos Deputados, a mesma comentarista é questionada sobre o cenário naquele momento. Em sua resposta, Tereza destaca pontos relativos à recuperação de Dilma Rousseff, afirmando que o governo encontrava-se em “franca ofensiva” e a oposição estava “perdendo terreno”. Diz ainda que havia conversado com o Ministro da Secretaria de Governo Ricardo Berzoini, e que este teria afirmado uma expectativa de 200 votos a favor de permanência da presidenta (esses somaram 137 no dia da votação).

A maneira como os fatos foram abordados sugere uma tentativa de reforçar a imagem de Dilma a partir da apresentação de dados e informações que exaltam sua recuperação entre os deputados. Considerando-se que esse tipo de informação (tal como os resultados de pesquisas antecedentes às eleições) tem grande influência sobre o público, cabe aqui ressaltar que a parcialidade da postura adotada desrespeita as diretrizes do telejornalismo público.

Além disso, a análise demonstrou que nem sempre a contextualização dos acontecimentos garantiu a oferta de conteúdos que contribuíssem com a formação crítica dos cidadãos. Um dos fatores aos quais tal fato é atribuído é o desequilíbrio entre o número de matérias e fontes, bem como na cobertura de atos contrários e a favor do *impeachment*, conforme apresentado no primeiro tópico da análise dos resultados.

Na perspectiva da pesquisa realizada, entendeu-se que a ausência de debates que efetivamente assegurassem a expressão dos diferentes pontos de vista e opiniões e a falta de equilíbrio na pluralidade de vozes, verificadas em alguns conteúdos, comprometeram a oferta de informações que possibilitariam aos cidadãos uma melhor compreensão de aspectos importantes relacionados ao processo e a todo contexto político e social que o mesmo envolveu.

Outra proposta atribuída à comunicação pública e que foi investigada no presente estudo é a inovação nos formatos, linguagens e narrativas, princípio previsto na lei de criação da Empresa Brasil de Comunicação. Constatou-se que em nenhum dos materiais investiu-se

em abordagens inovadoras, prevalecendo padrões e práticas já conhecidos e herdados das emissoras comerciais de tevê.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados pela autora na pesquisa que resultou nessa monografia e também no âmbito do projeto O telejornalismo nas Emissoras Públicas Brasileiras, observou-se que a TV Brasil ainda não consolidou seu projeto de comunicação pública. Tal fato pode ser atribuído a incipiência da emissora, ainda muito jovem se comparada às pioneiras da radiodifusão pública ao redor do mundo. Além disso, o canal enfrenta o desafio de se estabelecer em um cenário e dentre um público acostumado à experiência audiovisual estabelecida pelos veículos comerciais.

A despeito destes desafios, a emissora tem apresentado resultados positivos, refletidos em programas e quadros nos quais percebe-se o empenho em se colocar em prática os preceitos atribuídos ao telejornalismo público. Conforme apresentado em capítulos anteriores, no Repórter Brasil destacam-se os quadros Outro Olhar e Pergunta do Dia, que permitem a participação dos cidadãos no telejornal, e a presença de comentaristas em estúdio, aprofundando e contextualizando temas de relevância.

Mas apesar das boas experiências, a cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff, momento crucial da história brasileira, evidenciou algumas das fragilidades da TV Brasil. A análise das duas semanas completas do Repórter Brasil Noite corroboraram as informações apresentadas por membros do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação em sua 61ª Reunião Ordinária.

Conforme apontado no encontro e verificado nas edições submetidas à investigação, houve um desequilíbrio na apresentação dos acontecimentos, com notícias que penderam mais a favor dos posicionamentos, atos e atores contrários ao impedimento. Tal abordagem reflete a parcialidade da cobertura, em desacordo com as diretrizes previstas no Manual de Jornalismo da EBC e do que se espera do serviço público de comunicação. Também coloca em questão a independência da emissora em relação ao governo, oferecendo munção para a argumentação de que a TV Brasil foi criada para dar publicidade a ações de governo (TV do Lula).

De forma geral, os números contabilizados nos procedimentos de análise da materialidade audiovisual apresentaram grandes discrepâncias na presença e no tempo ocupado de/por conteúdos, fontes e coberturas de manifestações contrárias e favoráveis ao *impeachment*. Observou-se, ainda, que os discursos de Dilma Rousseff em eventos oficiais do Governo Federal foram utilizados para veiculação de falas nas quais ela criticava o processo de impedimento e seus condutores. Os vieses adotados fizeram com que as matérias

deixassem de lado as razões principais da realização desses eventos, sugerindo haver uma tentativa do telejornal de fortalecer a imagem da presidenta, principalmente se considerarmos a maneira como essas narrativas foram construídas.

A parcialidade também foi observada em algumas entrevistas em estúdio, a partir de afirmações colocadas pelos âncoras e pelo direcionamento de perguntas feitas por eles aos comentaristas. O noticiário deixou, assim, de aproveitar, efetivamente, as potencialidades dessa importante ferramenta jornalística, de oferecer pontos de vista plurais, com a proposta de esclarecer os cidadãos.

O comparativo entre as duas semanas, por sua vez, mostra não ter havido grandes alterações após a reunião do Conselho e a aprovação da Recomendação de Equilíbrio. Ressalta-se o citado aumento, na segunda semana, no tempo ocupado por conteúdos neutros, ultrapassando os materiais com vieses contrários ao impedimento. No entanto, o comparativo demonstra que, nas duas semanas, se manteve um desequilíbrio significativo entre matérias e falas de indivíduos contra e a favor da saída de Dilma, sendo os primeiros maioria das vozes publicizadas pelo telejornal no período analisado. Essa diferença também foi verificada na representação de movimentos sociais e de atos realizados por ambos os lados.

Outro fato que pode ser atribuído à atuação do Conselho foi observado em matéria veiculada no dia 28 de abril, que fala sobre manifestações realizadas por estudantes contrários ao *impeachment*, em diferentes cidades do país. Pela primeira vez ao longo das duas semanas, a utilização do termo “golpe” foi atribuída aos setores da sociedade que se posicionaram contra o processo: em texto da nota coberta, sobre manifestação na Universidade de Brasília, a âncora informa que “os estudantes fizeram cartazes contra o que chamam de golpe” (REPÓRTER BRASIL NOITE, 2016).

Salienta-se que o uso do termo “golpe” foi disseminado por setores que não apoiavam o impedimento e, até então, o mesmo havia sido utilizado no noticiário sem que houvesse uma problematização de sua aplicação. Seria interessante que o telejornalismo da TV Brasil trouxesse à tona os argumentos de pessoas a favor de sua utilização, bem como de pessoas contrárias e também de profissionais da área jurídica, com fins de problematizar e justificar (ou não) sua aplicação. Assim, o telejornalismo teria respaldo para se referir ao *impeachment* como golpe, como fez em alguns de seus conteúdos.

Portanto, a partir dos resultados comparativos das duas semanas, pode-se inferir que, apesar da atuação do Conselho Curador da EBC na tentativa de assegurar o respeito e o cumprimento das diretrizes que regem o funcionamento dos veículos da Empresa, a TV Brasil

não se efetivou como pública de fato, uma vez que sua cobertura não se apresentou de forma plural.

Diante de tal cenário, se fortalecem os questionamentos acerca de, até que ponto, a vinculação da EBC à Secretaria de Comunicação da Presidência da República, a nomeação de seu Conselho de Administração pelo Presidente e a dependência de recursos do governo - previstos em sua lei de criação - limitam a autonomia de seus veículos.

Também é importante ressaltar que, durante as semanas analisadas, não foi realizada nenhuma problematização efetiva da divisão política e das diferentes visões que circularam no país durante a condução do processo. A mídia tradicional apresentou um Brasil polarizado, visão que também prevaleceu na cobertura da TV Brasil. O principal noticiário da emissora perdeu a oportunidade de trazer à tona questões complexas das situações política e social brasileiras, abordando as diferentes dimensões que envolveram o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Observou-se, ainda, que a sociedade não foi, de fato, integrada ao debate do referido cenário. Conforme apresentado pelos resultados, apesar de participarem como fontes em algumas notícias, tiveram um espaço de fala bem inferior àquele ocupado pelas figuras públicas. Além disso, no quadro Pergunta do Dia, tiveram oportunidades de manifestação que não foram efetivamente aproveitadas, a ponto de permitir aos cidadãos expor sua opinião sobre o momento político que o Brasil atravessava. Também não investiu-se na abertura de espaço para que os telespectadores manifestassem suas dúvidas junto aos comentaristas em estúdio, tampouco em iniciativas que promovessem o debate entre diferentes opiniões.

Por fim, manifesta-se aqui a preocupação com o futuro da TV Brasil, que após a promulgação da Medida Provisória 744, teve seu caráter público ameaçado. As alterações propostas, além de excluírem os cidadãos da participação na gestão da Empresa Brasil de Comunicação, contribuem para que seus veículos se transformem em órgãos de comunicação governamental, de divulgação de ações do Executivo Federal. Ignora-se, assim, o compromisso do serviço público com os interesses da sociedade, previsto na lei de criação da Empresa, ameaçando a continuidade dessa importante conquista do povo brasileiro.

A despeito de algumas brechas identificadas na análise, a TV Brasil vinha se consolidando como uma importante ferramenta de fortalecimento da democracia. O investimento em programas de cunho educativo e cultural, a inserção de setores sociais e temáticas excluídas dos grandes veículos, a problematização da atuação da mídia e as iniciativas de jornalismo em profundidade, são algumas das experiências positivas que merecem ser ressaltadas.

Para que essa consolidação fosse possível, foi fundamental a atuação do Conselho Curador. As decisões tomadas no âmbito do colegiado foram essenciais na tentativa de garantir que os programas da emissora honrassem o compromisso com os interesses dos cidadãos e o cumprimento das diretrizes que regem seu funcionamento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Elizângela. Em Portugal, cidadãos financiam comunicação pública. **Portal da FNDC**, Brasília, 20 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/em-portugal-cidadaos-financiam-comunicacao-publica-924717/>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

BBC. *International Perceptions of TV Quality*. Disponível em: <<http://downloads.bbc.co.uk/mediacentre/international-research-data.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.652**, de 07 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.

BUCCI, Eugênio. É possível fazer televisão pública no Brasil? **NOVOS ESTUDOS**: revista da CEBRAP, São Paulo, n.88, p.5-18, nov. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n88/n88a01.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

_____; CHIARETTI, Marco; FIORINI, Ana Maria. **Indicadores de qualidade nas emissoras públicas - uma avaliação contemporânea**. Unesco, 2012. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002166/216616por.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2013.

CONSELHO CURADOR DA EBC. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador>>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. Moção de repúdio contra medida provisória que desmonta a EBC. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/noticias/2016/09/mocao-de-repudio-contramedida-provisoria-que-desmonta-a-ebc>>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. Recomendação Nº 03/2016/CC. Dispõe sobre a necessidade de equilíbrio na cobertura jornalística dos veículos da EBC e cumprimento do Manual de Jornalismo da Empresa. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/recomendacao_03_2016_-_necessidade_de_equilibrio_da_cobertura_jornalistica.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2016.

_____. Regimento Interno. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/uploads/2015/06/Regimento-Interno-Conselho-Curador-Resolu%C3%A7%C3%A3o-05-2015.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.

_____. Nota taquigráficas - 61ª Reunião Ordinária. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/nt-61a_reuniao_cc.pdf>. Acesso em: 06 set. 2016.

_____. Ata da 61ª Reunião Ordinária. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/ata_61a_reuniao_cc.pdf>. Acesso em: 07 set. 2016.

_____. Vídeos. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/channel/UCytsWvWSBG35rej9GuH-AbQ>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

COUTINHO, Iluska (Coord.). **Avaliação do Telejornalismo da TV Brasil: Relatório Final.** Disponível em: <

http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/ufjf_relatoriotelejornalismoebc.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39, 2016, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2016. Disponível em: < <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3118-1.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

EBC. Institucional. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

_____. Centro de Pesquisa. Disponível em: < <http://www.ebc.com.br/institucional/sobre-a-ebc/centro-de-pesquisa-em-comunicacao-publica> >. Acesso em: 01 dez. 2016.

_____. **Portaria Nº 460**, de 20 jun. 2016. Dispõe sobre a reformulação do Comitê Editorial de Jornalismo. Disponível em:

<http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/portaria_-_presi_no_460_-_reformulacao_do_comite_editorial_de_jornalismo.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2016.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2013. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2722&busca=1&=pnad-2013-retrata-mercado-trabalho-condicoes-vida-pais>>. Acesso em: 27 out. 2014.

INTERVOZES. Caminhos para a luta pelo direito à comunicação no Brasil - Como combater as ilegalidades no rádio e na TV. Disponível em:

<<http://intervozes.org.br/arquivos/interman004cldcnb.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

MEMÓRIA EBC. TV Pública no Mundo. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/tv-publica-ebc/tv-publica-no-mundo>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

NITAHARA, AKEMI. A missão da EBC na Comunicação Pública do país. Disponível em: < http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/apresentacao_ccs.pdf >. Acesso em: 02 dez. 2016.

OLIVEIRA FILHO, Tarcísio; COUTINHO, Iluska. A TV Pública no Brasil: a evolução histórica do formato e o papel da TV Brasil na promoção do jornalismo cidadão. In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 03, 2014, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. Disponível em: <

<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/3o-encontro-2014/gt-5-2013-historia-da-midia-audiovisual-e-visual/a-tv-publica-no-brasil-a-evolucao-historica-do-formato-e-o-papel-da-tv-brasil-na-promocao-do-jornalismo-cidadao/view>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

OTONDO, Teresa Montero. *Televisão Pública para quem e para quê?* São Paulo: Annablume, 2012.

OUIDORIA DA EBC. *Sobre a Ouvidoria*. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria>>. Acesso em: 27 set. 2016.

_____. *Relatório da Ouvidoria - Março de 2016*. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/3_-_relatorio_mensal_mar_2016_-_web.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.

REDE MINAS. *A Rede Minas*. Disponível em: <<http://redeminas.tv/a-rede-minas/>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

REPÓRTER BRASIL. *Vídeos*. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

ROTHBERG, Danilo. *Jornalismo Público: informação, cidadania e televisão*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SCORALICK, Kelly. *Mídia, cidadania, informação e direito à comunicação: A identidade dos deficientes nos telejornais*. In: *CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE*, 14, 2009, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0710-1.pdf>>. Acesso em 24 out. 2014.

Somente a verdade - Manual de Jornalismo da EBC. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2016.

TEIXEIRA, Gustavo; COUTINHO, Iluska. *Telejornalismo público na Rede Minas: uma análise da narrativa do Jornal Minas*. In: *CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE*, 21, 2016, Salto. **Anais eletrônicos...** Salto: CEUNSP, 2016. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2016/resumos/R53-0642-1.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

TV Brasil. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

UFPE. *TVU Recife*. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ntvru/index.php?option=com_content&view=article&id=88&Itemid=172>. Acesso em: 08 nov. 2016.

VEM PRA RUA. Disponível em: <<http://www.vemprarua.net/sobre-nos/>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ANÁLISE - REPÓRTER BRASIL NOITE

ROTEIRO DE ANÁLISE - REPÓRTER BRASIL NOITE

- **Título da matéria**

- Formato (VT, *Stand up*, Entrevista em estúdio, Nota seca/pelada, Nota coberta)
- Duração da matéria
- Tratamento do tema (de forma convencional ou com narrativa diferenciada?)
- Local(is) de produção
- Fonte nº XX (nome e cargo/profissão)

Tempo de fala

Ambiente da entrevista

Posicionamento (contrária ou a favor do *impeachment*)

- Presença de partidos? Se sim, quais e com que abordagem (positiva, negativa ou neutra)?
- Presença do governo? Representado por quem e com que abordagem (positiva, negativa ou neutra)?
- Representação de grupos sociais contra e/ou a favor do *impeachment*? (Identificação dos grupos/movimentos presentes). Esses grupos tiveram direito à fala?
- Os cidadãos foram inseridos na matéria? Se sim, de que maneira se deu a inserção (em povo-fala, como fonte, como personagem)? Qual foi o grau de relevância dessa participação?

No caso de entrevista em estúdio, houve espaço para participação do público, com envio de perguntas, dúvidas e comentários?

- Há contextualização dos fatos?

- Há problematização do acontecimento em curso, com argumentos dos diferentes envolvidos/interessados?
- Há pluralidade de fontes?
- O conteúdo é imparcial (em termos políticos)?
- O material contribui, de alguma forma, para o desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, por meio da oferta de informação qualificada e contextualizada?

ANEXOS

ANEXO A – RECOMENDAÇÃO Nº 03/2016/CC

CONSELHO CURADOR – EBC RECOMENDAÇÃO Nº 03 / 2016 / CC

Dispõe sobre a necessidade de equilíbrio na cobertura jornalística dos veículos da EBC e cumprimento do Manual de Jornalismo da Empresa

Considerando os princípios estabelecidos para a prestação dos serviços de radiodifusão pública pelos arts. 2º e 3º da Lei 11.652/2008;

Considerando o Manual de Jornalismo da EBC, em especial os Princípios, Valores, Objetivos e Diretrizes descritos nas páginas 23 e 24;

Considerando o atual cenário político brasileiro envolto em uma crise institucional de âmbito nacional;

E considerando o eventual desequilíbrio nas recentes coberturas dos veículos da EBC no que diz respeito à crise política do país,

A Presidenta do Conselho Curador da EBC – Empresa Brasil de Comunicação, no uso de suas atribuições legais e considerando deliberação tomada na 61ª Reunião Ordinária do Conselho Curador, realizada no dia 19 de abril de 2016,

RECOMENDA

1. Reativação do Comitê Editorial, com participação das representações dos funcionários/as e diálogo com o Conselho Curador, buscando contemplar representações de veículos/atividades e estabelecendo um regimento interno com prazo para realizar reuniões;
2. Estabelecimento de dinâmica de reuniões e monitoramento do Comitê Editorial para que ele possa ter uma atuação concreta;
3. Indicar que veículos devem manter reuniões de pauta periódicas e promover reuniões com trabalhadores e chefias sobre a cobertura do impeachment;
4. Abrir espaço para profissionais do quadro nas bancadas, nas entrevistas e nos estúdios;

5. Promover maior equilíbrio de opiniões dos entrevistados de estúdio;
6. Buscar problematizar o processo em curso, tanto de argumentos governistas quanto opositoristas;
7. Dar equilíbrio às transmissões diretas;
8. Realizar audiências públicas em cada praça da EBC para receber contribuições dos telespectadores, ouvintes e leitores;
9. Buscar na programação e no jornalismo produzir conteúdos mais explicativos e que contextualizem o processo e os aspectos políticos e históricos.
10. Garantir a proporcionalidade de 70/30 (concurados/contratados) para a ocupação dos cargos comissionados.

Brasília, 26 de abril de 2016